

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA BACIA DO ITACORUBI:
A INFLUÊNCIA DA UFSC**

CRISTINA CAMILO DOS SANTOS

Florianópolis

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA BACIA DO ITACORUBI:
A INFLUÊNCIA DA UFSC**

CRISTINA CAMILO DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, área de Cadastro e Gestão Territorial, da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Civil.

Florianópolis

2003

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA BACIA DO ITACORUBI:
A INFLUÊNCIA DA UFSC**

CRISTINA CAMILO DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia Civil.

Área de Concentração: Cadastro e Gestão Territorial

Orientador: Prof. Dr. Carlos Loch

Florianópolis

2003

Santos, Cristina Camilo dos. *O processo de urbanização da Bacia do Itacorubi: a influência da UFSC*. Florianópolis, 2003. 92p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Loch.

Defesa: 13/03/2003

Esta dissertação tem como objetivo central avaliar o processo de expansão e urbanização da Bacia do Itacorubi, a partir da década de 1960, quando são implantados o Campus da UFSC na Trindade, e os demais órgãos públicos nos bairros Pantanal e Itacorubi, viabilizando informações que possam contribuir para a gestão municipal.

À minha família querida, especialmente meus pais, Adelino e Leonildes, pelo amor, carinho, incentivo e dedicação.

Ao André, pelo amor, compreensão e companheirismo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, nosso Pai amado, por iluminar o meu caminho em todos os momentos da minha vida.

Ao Prof. Carlos Loch, pela orientação no mestrado e apoio durante a fase de adaptação em Florianópolis.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação, em especial à Prof. Ruth Loch, pela convivência e incentivo.

Aos professores Regina e Ivandi Teixeira, da Universidade Federal do Pará, pelo apoio e amizade preciosa .

Aos amigos, João Neto, Aurélio, Caminha, Uberti, Edgar, Roger, Marcelo, Cristiane, Regina, Rosana, Daniela e Sandra, pelo carinho e ajuda na realização deste trabalho.

À Catarina, Alzira, Adriano e Ana, pelo ótimo convívio, amizade e apoio demonstrados.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade de aprendizado e amadurecimento profissional.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro durante o mestrado.

Ao IPUF, por disponibilizar fotografias aéreas, mapas e material bibliográfico, em especial ao Eng. Everaldo, pelas informações esclarecedoras.

À AGECOM, em especial à funcionária Ledair, pelo excelente atendimento e atenção dispensada durante a pesquisa.

Aos funcionários da ELETROSUL, Mário Nacuco e Deusdete França, pela entrevista e material disponibilizado.

Aos professores Caspar Erich Stemmer e Helena Amélia Stemmer, pela boa vontade ao conceder a entrevista.

Ao Prof. Roberto de Oliveira, pelo material disponibilizado.

À SUSP, em especial ao Sr. Juracir, funcionário do setor de Arquivos e Projetos, pelo ótimo atendimento.

EPÍGRAFE

“As cidades são como as estrelas;
é preciso amá-las para entendê-las”.

Flávio Villaça

RESUMO

Por exercer a função política de capital do Estado, Florianópolis sempre contou com a forte presença do Governo, nas esferas estadual e federal, que agiu como uma fonte essencial de recursos destinados aos setores sociais, à viabilização de grandes obras públicas e à implementação de infra-estrutura técnica e social, necessários ao processo de formação do espaço urbano. A partir da década de 1960, os órgãos públicos, antes restritos ao centro da cidade, passaram a se localizar nos bairros pertencentes à Bacia do Itacorubi, situados a leste do Morro da Cruz. A instalação da UFSC na Trindade, da ELETROSUL no Pantanal e dos demais órgãos públicos no bairro Itacorubi, foram importantes fatores que contribuíram para um intenso processo de expansão e urbanização destes bairros, trazendo um nova dinâmica ao setor imobiliário, abrindo caminho para uma série de investimentos públicos e privados. Este trabalho, tem como principal objetivo avaliar os efeitos da implantação da UFSC e dos demais órgãos públicos na formação e estruturação urbana da Bacia do Itacorubi, viabilizando informações e sugerindo alternativas que possam contribuir para o planejamento e gestão municipal.

ABSTRACT

Being State Capital, Florianópolis always counted on in the federal and in the state spheres the strong presence of the Government, which was an essential source of resource directed to the social sector, to the installation of great public work and to the implementation of technical and social infrastructure necessary to the process of formation of public space. From the 1960s, the public organs, before restricted to downtown area, became to be placed in Districts belonged to Itacorubi basin, located in the east of the Morro da Cruz. The installations of UFSC in Trindade, of the ELETROSUL in Pantanal and of other public organs in Itacorubi were important factors that contributed to the intense process of expansion and urbanization of these districts bringing a new dynamics to the real state sector, opening space to a series of public and private investments. This work has as main objective to evaluate the effects of the implementation of UFSC and of the other public organs in the urban formation and implementation of the structure in Itacorubi basin, providing information that can contribute to the municipal planning and management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 <i>Origem do Trabalho</i>	1
1.2 <i>Objetivos</i>	3
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	3
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	3
1.3 <i>Justificativa</i>	3
1.4 <i>Estrutura do Trabalho</i>	5
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
2.1 <i>O Meio Urbano e a Sustentabilidade</i>	6
2.2 <i>Planejamento e Gestão Urbana</i>	9
2.3 <i>Instrumentos de Ordenamento do Uso do Solo</i>	16
2.4 <i>A Importância do Cadastro para o Planejamento Urbano</i>	19
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	22
3.1 <i>Localização</i>	22
3.2 <i>Características Físicas</i>	23
3.2.1 <i>Geologia</i>	24
3.2.2 <i>Geomorfologia</i>	24
3.2.3 <i>Hidrografia</i>	24
3.2.4 <i>Clima</i>	25
3.2.5 <i>Cobertura vegetal</i>	26
3.3 <i>Histórico da Evolução Urbana de Florianópolis</i>	27
3.3.1 <i>Os primeiros habitantes</i>	27
3.3.2 <i>As tentativas de povoamento</i>	28
3.3.3 <i>A criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina</i>	30

3.3.4 A ação estatal e o dinamismo urbano do século XX _____	33
4. MATERIAIS E MÉTODOS _____	39
<i>4.1 Materiais e Equipamentos Utilizados _____</i>	<i>39</i>
<i>4.1.1 Materiais utilizados _____</i>	<i>39</i>
<i>4.1.2 Equipamentos utilizados _____</i>	<i>40</i>
<i>4.2 Método Aplicado _____</i>	<i>40</i>
<i>4.2.1 Órgãos consultados _____</i>	<i>41</i>
<i>4.2.2 Procedimentos metodológicos do estudo _____</i>	<i>41</i>
5. A ATUAÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA BACIA DO ITACORUBI _____	44
<i>5.1 O Início da Ocupação _____</i>	<i>44</i>
<i>5.2 A implantação da UFSC na Trindade _____</i>	<i>45</i>
<i>5.3 A Instalação da ELETROSUL no Pantanal _____</i>	<i>54</i>
<i>5.4 A Instalação dos Órgãos Estatais no Bairro Itacorubi _____</i>	<i>58</i>
<i>5.5 Transformações no Espaço Urbano Decorrentes da Ação do Estado _____</i>	<i>59</i>
<i>5.5.1 Reflexos no crescimento urbano _____</i>	<i>60</i>
<i>5.5.2 Reflexos no sistema viário _____</i>	<i>71</i>
<i>5.5.3 Reflexos no comércio local _____</i>	<i>80</i>
<i>5.6 Pontos de Conflito entre o Uso do Solo e as Proposições do Plano Diretor _____</i>	<i>81</i>
6. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS _____	88
<i>6.1 Conclusões _____</i>	<i>88</i>
<i>6.2 Sugestões e Recomendações para Pesquisas Futuras _____</i>	<i>91</i>
BIBLIOGRAFIA _____	92

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 2.1: Escalas do planejamento</i>	15
<i>Figura 2.2: Organização conceitual da informação a ingressar no CTM</i>	20
<i>Figura 3.1: Localização da área de estudo</i>	23
<i>Figura 3.2: Localização dos fortes na área central de Desterro, 1823</i>	31
<i>Figura 3.3: Rua Conselheiro Mafra, esquina com a Praça XV de Novembro</i>	32
<i>Figura 3.4: Ponte Hercílio Luz na década de 1960</i>	34
<i>Figura 3.5: Área central de Florianópolis, década de 1940</i>	35
<i>Figura 3.6: Beira-Mar Norte na década de 1970</i>	36
<i>Figura 3.7: Aterro da Baía Sul, década de 1970</i>	37
<i>Figura 3.8: Vista de Florianópolis, 2001</i>	38
<i>Figura 5.1: Construção da Reitoria, 1966</i>	49
<i>Figura 5.2: Campus da UFSC em 1970</i>	50
<i>Figura 5.3: Cronologia das construções (1961-1996)</i>	52
<i>Figura 5.4: Vista aérea do Campus em 1998</i>	53
<i>Figura 5.5: Localização do Campus da UFSC, 2002</i>	54
<i>Figura 5.6: Sede da ELETROSUL, 2002</i>	56
<i>Figura 5.7: Vista parcial da Bacia do Itacorubi, 1957</i>	60
<i>Figura 5.8: Construção da ELETROSUL, 1976</i>	62
<i>Figura 5.9: Construção do condomínio da ELETROSUL na Carvoeira, 1976</i>	63
<i>Figura 5.10: Construção de moradias no Pantanal e Carvoeira</i>	63
<i>Figura 5.11: A área de estudo em 1978</i>	65
<i>Figura 5.12: Bacia do Itacorubi em 1998</i>	69
<i>Figura 5.13: A UFSC e seu entorno, 2003</i>	70

<i>Figura 5.14: Investimentos no sistema viário</i>	72
<i>Figura 5.15: Construção do Elevado do CIC</i>	76
<i>Figura 5.16: Destaque para a ciclovia junto à UDESC (à esquerda), 2003</i>	77
<i>Figura 5.17: Interseção da SC-404 com a Av. Madre Benvenuta, 2003</i>	77
<i>Figura 5.18: Trânsito lento na rua Dep. Antônio Edu Vieira, 2003</i>	79
<i>Figura 5.19: Rua Lauro Linhares, próximo ao "Acesso Trindade" da UFSC, 2003</i>	80
<i>Figura 5.20: Bairro Santa Mônica, próximo ao mangue do Itacorubi, 2003</i>	83
<i>Figura 5.21: Construções ao lado de canais, Santa Mônica, 2003</i>	84
<i>Figura 5.22: Rua João Cândio do Santos, Pantanal, 2003</i>	85
<i>Figura 5.23: Rua Aracuã, Pantanal, 2003</i>	86
<i>Figura 5.24: Serrinha, 2003</i>	86

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 2.1: Crescimento da população brasileira</i>	10
<i>Tabela 5.1: Contratações de funcionários</i>	57
<i>Tabela 5.2: Loteamentos aprovados entre 1940 e 1999</i>	64
<i>Tabela 5.3: Desmembramentos aprovados entre as décadas de 1950 e 1990</i>	66
<i>Tabela 5.4: Loteamentos CURA - Ilha I, 1978</i>	67
<i>Tabela 5.5: Valorização fundiária (1970-1993)</i>	68
<i>Tabela 5.6: Contagem de tráfego em 1987 e 1997</i>	74
<i>Tabela 5.7: Passageiros transportados, 1995</i>	75
<i>Tabela 5.8: Variação do número de passageiros transportados, 1995</i>	75
<i>Tabela 5.9: Terrenos desapropriados</i>	76

1. INTRODUÇÃO

1.1 ORIGEM DO TRABALHO

O processo de ocupação de Florianópolis, antiga Desterro, foi inicialmente motivado por interesses militares para defender a fronteira sul do Brasil até o estuário do Prata. A existência de ancoradouro e a localização estratégica da Ilha de Santa Catarina, na metade do caminho entre o Rio de Janeiro e as áreas de conflito, transformaram Florianópolis num importante ponto de apoio à ação militar portuguesa, com a conseqüente fortificação da Ilha e a formação do núcleo de ocupação.

A estruturação do seu espaço urbano sempre esteve estreitamente relacionada ao exercício das atividades estatais, enquanto centro político e administrativo do Estado. Em meados do século XVIII, a cidade foi capital da Capitania de Santa Catarina, passando à capital da Província, e posteriormente capital do Estado no período republicano. Esta condição lhe garantiu investimentos em infra-estrutura técnica e social, influenciados pela instalação de vários órgãos públicos, que repercutiram profundamente no crescimento da cidade.

Mas, ao contrário de outras capitais brasileiras, a ocupação de Florianópolis ocorreu muito lentamente, dificultada pela ausência de uma base econômica forte, centrada em atividades agrícolas ou industriais, e também pelas limitações do seu porto, que com o

decorrer dos anos mostrou-se inviável para receber as embarcações de grande porte, encerrando suas operações em 1970, com o aterro da Baía Sul.

Florianópolis se estruturou a partir da praça XV de Novembro, onde foram construídos a Igreja Matriz e os órgãos do governo municipal e estadual. Este cenário permaneceu inalterado até a década de 1960, quando os bairros pertencentes à Bacia do Itacorubi, localizados a leste da península central, passaram a ser amplamente procurados para a implantação de importantes órgãos públicos, abrindo caminho para a ocupação e desenvolvimento de localidades como Trindade, Pantanal e Itacorubi, que até então possuíam características rurais.

Este processo iniciou-se com a construção do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, na Trindade, a partir de 1962. Em seguida, foram implantados uma série de órgãos públicos, como a ELETROSUL, UDESC, CELESC, TELESC e órgãos ligados ao setor agrícola, nos bairros Pantanal e Itacorubi. A presença destes órgãos, que representam a materialização do Governo no espaço urbano, estimulou investimentos do Poder Público em infra-estrutura urbana, que contribuíram para a valorização imobiliária e para o adensamento desta área da cidade.

Diante deste contexto, busca-se levantar o histórico de ocupação e analisar os efeitos da nova localização do aparelho estatal na formação e estruturação urbana da Bacia do Itacorubi, elucidando a importante presença do Estado (nas esferas estadual e federal) neste processo, viabilizando informações que possam contribuir para a sustentabilidade na gestão municipal.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as transformações ocorridas na Bacia do Itacorubi, a partir da implantação do Campus da UFSC e dos demais órgãos públicos, como subsídio à gestão e ao planejamento sustentável.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Construir a evolução histórica do processo de ocupação.
- b) Verificar os investimentos públicos em infra-estrutura urbana, principalmente nas ações voltadas para o sistema viário.
- c) Evidenciar a atuação da iniciativa privada, o desenvolvimento do comércio, do setor imobiliário e de serviços.
- d) Verificar as ações de ordenamento do uso do solo e identificar os pontos de conflito entre as ocupações e as determinações do Plano Diretor.

1.3 JUSTIFICATIVA

Além de atuar como centro político e administrativo do Estado, Florianópolis também se destaca por suas atividades comerciais e de serviços, pelo seu forte potencial turístico e por ser uma cidade universitária. Esta última característica deve-se ao papel que a UFSC vem desempenhando ao longo de seus 42 anos, atuando como um verdadeiro pólo de atração para alunos e profissionais, não apenas de Florianópolis, mas do interior do Estado e de diversas partes do país.

O turismo e a condição de “cidade universitária” eram consideradas funções secundárias no primeiro Plano Diretor de Florianópolis, Lei. n.º 246/55. Segundo este Plano, o Campus da Universidade Federal de Santa Catarina seria construído na península central, próximo aos equipamentos técnicos e sociais disponíveis e no sentido do crescimento da cidade, que se daria em direção à parte continental, com a construção de um moderno porto no bairro Estreito.

Porém, ao contrário do que propunha o Plano Diretor, o Campus da UFSC foi implantado distante 8 km da área central da cidade, no bairro da Trindade, abrindo caminho para a instalação de órgãos estatais na Bacia do Itacorubi, especialmente nas décadas de 1970 e 1980.

Com esta nova localização do aparelho estatal, bairros como Trindade, Pantanal, Itacorubi e Córrego Grande passaram a receber maciços investimentos públicos e privados, que intensificaram o processo de ocupação. Os investimentos em infra-estrutura e serviços públicos, o incremento no setor imobiliário e a expansão das atividades comerciais e de serviços foram fatores que transformaram profundamente a paisagem da Bacia do Itacorubi, que hoje é formada por bairros independentes do centro da cidade.

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar os impactos sócio-econômicos decorrentes da ação estatal na Bacia do Itacorubi. Ação esta presente na implantação dos órgãos públicos, como a UFSC e ELETROSUL, nos investimentos em infra-estrutura urbana e na formulação de leis como forma de regular o uso e ocupação do solo.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

No Capítulo 1, apresenta-se as considerações iniciais pertinentes ao trabalho, os objetivos geral e específicos e os motivos que levaram a desenvolvê-los.

No capítulo seguinte, desenvolve-se a base teórica necessária à compreensão do tema. Aborda-se questões relacionadas à Sustentabilidade do Meio Urbano, ao Planejamento e Gestão Urbana, aos Instrumentos de Ordenamento do Uso do Solo e à Importância do Cadastro para o Planejamento Urbano.

No Capítulo 3, contextualiza-se a área de estudo, descrevendo sua localização e principais características naturais. Posteriormente, faz-se um breve histórico da urbanização de Florianópolis.

No Capítulo 4, apresenta-se os materiais e os procedimentos metodológicos utilizados para o alcance dos objetivos da pesquisa.

No quinto capítulo, evidencia-se a atuação do Estado no processo de urbanização da Bacia do Itacorubi e as conseqüentes transformações ocorridas na paisagem urbana.

No Capítulo 6, encontram-se as conclusões e recomendações para pesquisas futuras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para embasar o estudo e proporcionar a melhor compreensão do tema proposto, são abordados neste capítulo assuntos relacionados à sustentabilidade do meio urbano, ao Planejamento e Gestão Urbana, aos Instrumentos de Ordenamento do Uso do Solo e ao Cadastro Técnico Multifinalitário.

2.1 O MEIO URBANO E A SUSTENTABILIDADE

A cidade é fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Nela está materializada a história de um povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. Sua existência ao longo do tempo, é determinada pela necessidade humana de se agregar, de se relacionar, de se organizar em torno do bem comum; de produzir e trocar bens e serviços; de criar cultura e arte; de manifestar sentimentos e anseios que só se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona (ROLNIK, 2001).

O mundo hoje é urbano, e viver em cidades continua a ser um desafio no século XXI, pois o jogo urbano cotidiano é formado por interesses conflitantes, e qualquer que seja a sua escala, a cidade é uma organização viva, dinâmica, com suas diversificadas partes em constante interação (OLIVEIRA, 2001).

Com a globalização da economia e de todo o tipo de atividades e processos, as cidades estão se transformando no motor do desenvolvimento da humanidade. Embora sejam

apresentadas por muitos como um problema pelo mero fato de serem cidades, não são mais do que as receptoras e muitas vezes solucionadoras dos problemas sociais que são gerados em todo o país (LOPES, 1998).

As cidades recebem a imigração de quem não pode sobreviver em seus territórios habituais e, por sua vez, estão obrigadas a buscar alternativas para resolver a complexidade dos serviços públicos que devem prestar, e que exigem a densidade demográfica e a grande concentração de atividades, transformando-se numa fonte da inovação e desenvolvimento. Enquanto sejam capazes de ter objetivos e metas claras, de não ultrapassar os limites da ineficiência, de estruturar-se para evitar a congestão, convertem-se no eixo do futuro (LOPES, 1998).

No aspecto ambiental, a cidade, enquanto "berço e residência da civilização", foi fundamental na criação do quadro ambiental sombrio. As formas de desenvolvimento dos espaços urbanos vêm, nas últimas décadas, evidenciando o desrespeito às características e condições do meio natural. Rompido o equilíbrio preexistente, surgem problemas que, na maioria dos casos, se transformam em catástrofes, afetando tanto o meio natural quanto a própria cidade e, nela, a vida humana. Também como irradiadora de decisões que atingem as áreas não urbanas, como consumidora de insumos ou, ainda, como fonte de resíduos transpostos para o meio rural, a cidade é fator de comprometimento ambiental também fora de seus limites (MOHR, 2002).

O desenvolvimento sustentável urbano envolve uma dimensão institucional e ambiental. Seus objetivos estão relacionados com a capacidade das coletividades locais de instaurar a sustentabilidade. A realização do desenvolvimento sustentável pressupõe a necessidade de mudanças sobre as políticas e os mecanismos atuais, criando um conjunto

coerente de princípios capazes de apoiar as medidas ecologicamente racionais (SANTOS, 2001).

A idéia-força central, no âmbito do desenvolvimento sustentável urbano, está no binômio modernização com sustentabilidade ecológica. A modernização, embora menos enfatizada que a sustentabilidade, não deixa de estar presente – aliás, a sustentabilidade almejada não atrita com a aceitação do modelo capitalista. Por outro lado, buscam-se analisar diferentes tipos de problemas ambientais presentes no meio urbano, como as várias formas de poluição ambiental, a produção de lixo e rejeitos, as agressões à cobertura vegetal e aos mananciais; ao mesmo tempo, as necessidades materiais das populações urbanas e o problema da pobreza são examinados, dando-se especial atenção aos vínculos entre estes e os problemas ambientais em sentido restrito (SOUZA, 2002).

A necessidade de manter condições ambientais que assegurem a continuidade da vida no planeta é, pois, tema essencial quando abordamos a questão urbana ou a questão rural. Na esfera do município, aparentemente não são possíveis medidas que visem o equilíbrio planetário ou mesmo regional. Mas, quando se considera que as regiões são compostas pelo somatório das áreas municipais e que todos os componentes dos ecossistemas estão inter-relacionados, verifica-se a importância de tratar com ênfase a questão ambiental em nível municipal (MOHR, 2002).

Ainda, ao considerar que todas as decisões que afetam o planeta são tomadas na cidade, pode-se constatar a importância de tratar a questão ambiental na esfera urbana. O espaço das relações, seja entre os homens ou destes com seu meio, é o lugar em que vivem - a cidade ou o campo. É na esfera do município que a realidade pode ser percebida e, da mesma forma, abordada concretamente (MOHR, 2002).

O enfoque da temática ambiental só pode se dar, por pressuposto, de forma holística. Ao tratar desta questão na esfera da cidade e do município, o grande desafio que se coloca é o do equacionamento do desenvolvimento urbano sustentado. Substituir o equilíbrio natural existente previamente à construção da malha urbana por um novo equilíbrio urbano é tarefa que implica providências especiais, envolvendo desde o conhecimento completo das características e condições do sítio natural preexistente, até a implementação de uma política integrada de gestão ambiental (MOHR, 2002).

As cidades precisam tomar consciência de si mesmas, observar-se como seres vivos e tratar de coordenar esforços para alcançar objetivos comuns. Precisam dotar-se de metas alcançáveis a partir das vontades e intenções de seus agentes. Precisam fugir das visões apocalípticas que vêem as cidades como o foco de todos os males, para gerar a consciência de que a qualidade de vida e das atividades dependem, fundamentalmente, da qualidade da cidade que as abriga. Qualidade de serviços, qualidade de estrutura urbana, da paisagem urbana e dos grandes projetos que definem uma cidade como empreendedora e moderna (LOPES, 1998).

2.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

A imensa e rápida urbanização pela qual passou a sociedade brasileira foi um dos principais fenômenos sociais ocorridos no século XX. Isso demonstra que a importância das cidades e da população urbana é cada vez maior na estruturação da sociedade e que, hoje, a definição de políticas, cultura, identidade e participação é um processo quase que exclusivamente urbano (LOPES, 1998).

A evolução do crescimento da população urbana é bastante ilustrativo. Enquanto em 1960, a população urbana representava 44,9% da população total – contra

55,9% da população rural – dez anos depois essa relação se invertera: 55,9% de população urbana e 44,1% de população rural. Em 2000, 81,2% da população brasileira vivia no meio urbano (Tabela 2.1). Essa transformação torna-se ainda mais evidente demonstrada em números absolutos, que revelam também o crescimento populacional do país como um todo: entre os anos de 1960 e 1996, a população urbana aumentou de 31 milhões para 137 milhões de moradores (ROLNIK, 2001).

Ano	População Urbana (%)
1900	9,40
1920	10,70
1940	31,24
1950	36,16
1960	44,93
1970	55,92
1980	67,59
1990	75,59
2000	81,23

Tabela 2.1: Crescimento da população brasileira.

Fonte: (OLIVEIRA et al., 2001).

Como o crescimento desenfreado das cidades brasileiras, sobretudo a partir da década de 1970, não foi acompanhado pela acelerada expansão da economia, houve um acréscimo significativo dos problemas urbanos, semelhantes em diversas cidades, independentemente de seu porte, e que muito contribuíram para o agravamento do quadro de exclusão territorial e social e para a desqualificação da vida urbana.

Neste sentido, percebe-se claramente a relevância de ações do planejamento na busca por alternativas que possam contribuir efetivamente para a resolução dos crescentes problemas urbanos. O planejamento do espaço urbano brasileiro tem sido feito utilizando diferentes metodologias, com inúmeros critérios e objetivos, mas de um modo geral, estas

ações deixam a desejar em relação aos aspectos técnicos, ambientais e de legislação (HASENAK e WERBER, 2000).

Planejar estrategicamente significa pensar antes de agir, atuar de forma sistemática, com método. É tentar explicar cada uma das possibilidades, analisando os pontos fortes e fracos, as ameaças, as restrições e os recursos disponíveis, buscando alternativas que possam trazer sucesso à gestão. O planejamento não pode ser considerado como uma forma de prever ou adivinhar o futuro, pois este é e sempre será incerto, mas pode oferecer uma visão ampla de todas as variáveis internas e externas, servindo de suporte para a tomada de decisões no dia-a-dia.

Segundo Souza (2002), em qualquer atividade de planejamento, existem quatro elementos fundamentais:

1. Pensamento orientado.
2. Escolha entre alternativas.
3. Consideração de limites, restrições e potencialidades; consideração de prejuízos e benefícios.
4. Possibilidade de diferentes cursos de ação, os quais dependem de condições e circunstâncias variáveis.

A evolução do processo de planejamento passou por uma transformação metodológica, gerada a partir das incertezas de um mundo em rápida transformação estrutural e social. Largamente desacreditado e associado à práticas maléficas e autoritárias, o planejamento urbano e regional entrou em crise, no Brasil, na década de 1980. Em contrapartida, o termo gestão tornou-se amplamente valorizado por ser considerado mais democrático, contrastando com a tecnocracia comum ao planejamento (SOUZA, 2002).

A substituição, não por todos, do planejamento por gestão resultou da incompreensão dos termos envolvidos. Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, e sim distintos e complementares. Planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou tentar simular os desdobramentos de um processo com o objetivo de diminuir o grau de incertezas ou maximizar as oportunidades. A gestão, por sua vez, remete ao presente: gerir significa administrar de acordo com os recursos disponíveis no momento para atender necessidades imediatas. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando ampliar as margens de manobra e minimizar os problemas; e a gestão é a efetivação, pelo menos em parte, das condições que o planejamento feito anteriormente ajudou a construir (SOUZA, 2002).

Se o crescimento das cidades criou problemas econômicos complexos para os governos locais, também gerou crescentes problemas administrativos. As grandes estruturas de governo enfrentam cada vez mais problemas na administração da “coisa pública”, como dificuldades na tomada de decisões, a visão de curto prazo, a ineficiência do funcionalismo público, a dificuldade de recrutamento adequado e, muitas vezes, a irracionalidade dos dirigentes. Os administradores públicos locais enfrentam problemas não só em função da extensão de serviços públicos demandados, como também pelo enorme tamanho da máquina que têm a administrar (LOPES, 1998).

Neste sentido, Souza (2002), afirma que seria tolice imaginar que mais planejamento e um melhor planejamento, por si sós, seriam a solução para os problemas urbanos, e seria igualmente tolice negligenciar o debate técnico-científico, argumentando que “o que falta é vontade política” e que as soluções são conhecidas. Para evitar tanto a subestimação quanto a superestimação das ações do planejamento, é importante considerar

diversos fatores limitantes, de ordem política, cultural, econômica, institucional e técnica, que são destacados a seguir:

1. **Imediatismo:** a negligência do planejamento, no Brasil, é reforçada pela falta de visão a longo prazo, o que é típico dos países periféricos. O imediatismo deve ser rejeitado ao mesmo tempo em que se deve adotar um estilo de planejamento suficientemente flexível, para dar conta de uma realidade tão dinâmica como a brasileira.
2. **Conservadorismo:** é um fator de agravamento, principalmente no que se refere às possibilidades de um planejamento progressista, comprometido com uma inversão de prioridades e com os objetivos de justiça social e equidade.
3. **Ausência de quadros técnicos suficientemente qualificados:** este fator é co-responsável por uma prática muito comum e freqüentemente desastrosa, que está ligada a elaboração de planos diretores sob encomenda por escritórios privados, preparados de forma padronizada e posteriormente aplicado às mais diferentes realidades, sobre a base de diagnósticos superficiais e sem que tenha ocorrido um envolvimento da sociedade civil local.
4. **Ausência de continuidade entre as administrações:** onde as propostas de implementação iniciadas por um prefeito, são abandonadas por seu sucessor, tornando impossível a implantação bem sucedida de um sistema de planejamento e, tampouco, o florescimento de uma “cultura do planejamento”.
5. **Dificuldades econômico-financeiras:** a maioria dos municípios brasileiros encontram-se endividados, situação que pode ser agravada pela baixa

arrecadação do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), devido a desatualização do cadastro, o que implica no mau aproveitamento da base tributária. Assim, o montante de recursos que seriam investimentos em obras sociais e de modernização da própria administração pública acaba tornando-se insuficiente.

6. Inexistência de cadastro imobiliário e de planta de valores atualizados: que são ferramentas fundamentais para o acompanhamento do que se passa no município, no que concerne à propriedade das terras e à valorização imobiliária.

7. Ausência de informatização adequada do serviço de planejamento: especialmente no que se refere ao geoprocessamento, pode dificultar a realização de muitas tarefas monótonas e espinhosas. A formação de uma cultura de planejamento deve ter como coadjuvante, no dia-a-dia do planejamento e da administração municipal, a modernização da base tecnológica que suporta o armazenamento e o tratamento dos dados vitais para a tomada de decisão.

Os administradores municipais, de um modo geral, não valorizam ou desconhecem a importância da utilização de ferramentas como as fotografias aéreas, cuja utilização torna-se um importante suporte ao planejamento, por contribuir para a maior eficácia na gestão pública. Com relação às escalas do planejamento e da gestão urbana, Souza (2002), cita os seguintes referenciais espaço-escalares:

Escala Geográfica	Plano/atividade de planejamento ou gestão	Escala(s) cartográfica(s) mais usual(is)
Nacional	Busca-se orientar o desenvolvimento integrado do país considerando as diversas regiões em conjunto.	Para fins de trabalho, escalas de 1:1.000.000 e 1:500.000, ou bem maiores para detalhamentos.
Regional	Planos de desenvolvimento regional realizados por agências de desenvolvimento.	Escalas que variam de 1:100.000 a 1:50.000.
Macrolocal	Planos de desenvolvimento e macrozoneamentos de regiões metropolitanas.	Escalas de 1:200.000, para representar de forma generalizada, e 1:50.000, para representação de detalhes.
Mesolocal	Planos diretores municipais; planos específicos referentes a uma única cidade; divisões municipais para fins de gestão orçamentária participativa.	Dependendo do tamanho da cidade ou município, as escalas podem variar de 1:200.000 a 1:20.000, e de 1:50.000 a 1:10.000, para maior detalhamento.
Microlocal	Projetos de estruturação urbana, que detalham o plano diretor para cada setor geográfico.	Escalas variando de 1:50.000 a 1:2.000, e de 1:10.000 a 1:2.500 para maior detalhamento.

Figura 2.1: Escalas do planejamento.

Fonte: (SOUZA, 2002).

Para que o planejamento urbano seja bem sucedido, este deve considerar também alguns fatores de extrema importância no momento de sua implementação, tais como, a busca de um desenvolvimento sustentável equilibrado e integrado. Para isto, faz-se necessário o entendimento de que o planejamento urbano deve ser participativo e que viabilize ao processo de gestão municipal uma integração horizontal e vertical de todos os atores sociais envolvidos (TEIXEIRA e TEIXEIRA, 1998).

Numa comunidade diversificada, com um governo complexo, operando em um mundo incerto, é necessário um pensamento consciente e organização. Isso só é atingível através de um esforço de mobilização de lideranças significativas, de consultas organizadas, de diagnósticos reais e informativos, de uma visão abrangente e de uma implementação conjunta e dirigida. O verdadeiro teste do planejamento não é a qualidade da cidade projetada cinquenta anos a frente, mas a direção e o apoio dado às decisões presentes. Em todas as cidades, condições futuras são simplesmente o resultado final de ações coerentes (LOPES, 1998).

2.3 INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO USO DO SOLO

A institucionalização do planejamento nas administrações dos municípios brasileiros se disseminou a partir da década de 1970, com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado e o equilíbrio das cidades, em meio a um intenso processo de urbanização. Neste período, a concepção de planejamento correspondia à idealização de um projeto de cidade do futuro, tendo como ponto de partida a definição de padrões adequados ou aceitáveis de organização do espaço físico, que se consubstanciavam em uma série de investimentos públicos e numa legislação de uso e ocupação do solo condizente com o modelo adotado, utilizando para isto o zoneamento contido no Plano Diretor (ROLNIK, 2001).

Pela concepção tradicional, o zoneamento é o instrumento que hegemoniza a prática do planejamento. Significa a divisão do conjunto do território urbanizado (ou a ser urbanizado) em zonas diferenciadas, para as quais são aplicados parâmetros de uso e ocupação específicos. Essa estratégia baseia-se na idéia da definição de um modelo de cidade

ideal, traduzido em índices como taxas de ocupação, coeficientes de aproveitamento, etc. (ROLNIK, 2001).

Segundo Ferrari (1984), o zoneamento é o instrumento legal que regulamenta o uso do solo urbano de acordo com o interesse do bem-estar coletivo, protegendo o investimento da comunidade urbana. O solo rural não está sujeito à legislação de zoneamento, porque, enquanto rural, sua destinação pertence à União, exceção feita para o estabelecimento de núcleos rurais. Os principais objetivos do zoneamento, são os seguintes:

1. Orientar o uso do solo em benefício comum, prevalecendo assim sobre os interesses individuais.
2. Evitar o uso abusivo do solo, assim como regular o seu uso com o objetivo de impedir danos sócio-ambientais, desconforto e insegurança à população.
3. Orientar os projetos de renovação das áreas deterioradas no sentido de evitar a especulação imobiliária em prol dos interesses mais altos da comunidade.
4. Ordenar a implantação dos equipamentos urbanos.
5. Assegurar condições de geração e atração de tráfego compatíveis com a capacidade do sistema viário.

A falta de otimização na definição de índices de ocupação do solo faz com que os planos diretores ou leis de zoneamento sejam elaborados sem uma clara definição do resultado final, quando a cidade estiver densamente ocupada. Daí decorre a importância de fazer o planejamento, para procurar atenuar os efeitos danosos de uma apropriação menos adequada (LOCH e BOURSCHEID, 1996).

A adoção de padrões urbanísticos exigentes e de difícil compreensão e a alta complexidade dos planos fazem parte de um quadro de hegemonia de uma visão tecnocrática na legislação urbanística, o que significa tratar a cidade como um objeto puramente técnico, no qual a função da lei seria apenas o de estabelecer os padrões satisfatórios de qualidade para seu funcionamento. Ignora-se, portanto, qualquer dimensão que reconheça conflitos, e muito menos a realidade da desigualdade das condições de renda e sua influência sobre o funcionamento dos mercados imobiliários urbanos (ROLNIK, 2001).

Na concepção atual, o Plano Diretor se afasta da ficção tecnocrática dos velhos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado. Conta com a participação popular e parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasa a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. Seu objetivo não é resolver todos os problemas urbanos, mas sim ser um instrumento para a definição de uma estratégia para a intervenção imediata, servindo também de base para a gestão pactuada da cidade (ROLNIK, 2001).

Ao tratar do planejamento e gestão municipal, é importante que o Plano Diretor reconheça e considere todos os atores que compõem a cidade, compreenda a evolução da ocupação e identifique as crescentes demandas da sociedade e os conflitos criados, procurando alternativas eficientes para promover o crescimento harmônico e a consequente sustentabilidade ao espaço urbano (OLIVEIRA, 2002).

2.4 A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO

Os gestores municipais enfrentam grandes dificuldades para implementar as diretrizes do planejamento, pois além da extrema burocracia e da conseqüente morosidade na Administração Pública, a elaboração do planejamento é feita, na maioria dos casos, com base em informações imprecisas e desatualizadas sobre os aspectos sócio-econômicos e espaciais do município, tornando a sua aplicação inadequada frente a realidade local, por não acompanhar a dinâmica urbana que se processa de forma veloz.

Quanto mais abrangente for a ocupação do espaço urbano, mais cuidadoso e previdente deve ser o planejamento deste espaço. Isto, porém, só é possível tendo em mãos dados completos, confiáveis, práticos e aproveitáveis sobre as áreas de interesse ou visadas pelo administrador municipal, sendo que a obtenção e organização dos dados necessários é tarefa do cadastro técnico (MUNIZ, 1996).

O Cadastro Técnico Urbano constitui-se de uma parte cartográfica, composta de plantas que indicam a divisão em parcelas de uma área, juntamente com identificadores das parcelas, e de uma parte descritiva, que contém registros dos atributos físicos e abstratos relativos às parcelas identificadas nas plantas. Assim, pode ser utilizado para elaborar o plano diretor municipal, leis e regulamentos sobre loteamento e zoneamento, controlando o uso permitido dos prédios e terrenos (CARNEIRO e LOCH, 2000).

Enquanto importante ferramenta de apoio ao processo de decisão e ao desenvolvimento urbano e regional, Karnaukhova (2000) afirma que Cadastro Técnico Multifinalitário deve conter e processar de forma coerente um grande número de informações para que as mesmas possam ser acessíveis e úteis aos usuários, integrando modelos descritivos e gráficos sobre todos os componentes do mundo real e legal. Os indicadores e as

variáveis que sustentam e definem estes modelos podem agrupar-se em diversas categorias de dados, dispostos na figura a seguir:

Sistema	Sub-Sistema (Módulo)	Principais Indicadores
Urbano e Rural	Físico-ambiental	Topografia, geologia, clima, hidrologia, vegetação, malha urbana e paisagem.
	Uso e ocupação do solo	Parcelamento, edificação, uso do solo, intensidade de ocupação, litígios.
	Equipamentos	Serviços sociais, culturais, recreação, administração, abastecimento.
	Infra-estrutura	Água, saneamento básico, energia, transportes, circulação, serviços urbanos e telecomunicações.
Sócio-econômico e Qualidade de Vida	População	Dinâmica, composição, distribuição.
	Econômico	Base econômica, valor da terra, produção, recursos, emprego.
	Saúde	Recursos, distribuição, condições sanitárias
	Educação	Grau de escolaridade, acessibilidade ao ensino, cobertura escolar.
	Habitação	Condição e qualidade habitacional.
	Ambiental	Contaminação, degradação.
Técnico - Administrativo	Códigos e normas	
	Regulamento e legislação	
	Zoneamento	

Figura 2.2: Organização conceitual da informação a ingressar no CTM.

Fonte: (KARNAUKHOVA, 2000).

O cadastro técnico pode se transformar num amplo e universal sistema de informações, usado como instrumento para tomar decisões legais, administrativas e econômicas, além de ser um meio de ajuda para o planejamento e o desenvolvimento municipal, onde a administração pode ficar ciente de muitos problemas, tais como titulação de

terras, falta de infra-estrutura, parcelamento indevido ou ilegal do solo e outros elementos indispensáveis para o planejamento físico e espacial do município (MUNIZ, 1996).

São encontradas dificuldades até mesmo na elaboração de uma proposta de cadastro, uma vez que para a comunidade alvo, o cadastro possui somente a função de "arrecadador de tributos". Esta imagem tem sua razão de ser, pois realmente era essa a razão principal da existência dos primeiros cadastros. Entretanto, o cadastro, apresenta benefícios a médio e longo prazo, mas nem os políticos nem os cidadãos reconhecem sua importância para uma administração pública racional e justa (SOUZA, 2002).

Sem cadastros e plantas de valores atualizados, não apenas a arrecadação do IPTU se vê comprometida, mas a aplicação de vários outros instrumentos será também prejudicada, dificultando o alcance de objetivos ambiciosos em matéria de planejamento e gestão. Cadastros e plantas de valores são elementos tão básicos que, muito mais que impedir ou dificultar a implementação deste ou daquele instrumento específico, a sua ausência ou a sua desatualização dificultam, pura e simplesmente, qualquer planejamento sério e qualquer gestão minimamente eficiente (SOUZA, 2002).

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Este capítulo trata inicialmente das características físicas de Florianópolis, incluindo a localização da área de estudo. Em seguida, aborda-se os principais aspectos relacionados ao histórico de ocupação da cidade, seu crescimento e a influência do Poder Estatal no contexto urbano.

3.1 LOCALIZAÇÃO

A Bacia do Itacorubi localiza-se na parte leste da Ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis, entre as coordenadas de 27° 34' 07" – 27° 37' 57" de latitude Sul e 48° 28' 25" – 48° 33' 00" de longitude Oeste. Possui uma área de aproximadamente 23 km² e abrange os bairros Trindade, Pantanal, Itacorubi, Córrego Grande e Santa Mônica (Figura 3.1).

O município de Florianópolis compreende toda a Ilha de Santa Catarina e incorpora, ainda, uma área do continente, formando junto com os municípios de São José, Biguaçu e Palhoça, a Área Conurbada da Grande Florianópolis, que por sua vez, faz parte do Aglomerado Urbano de Florianópolis, envolvendo também outras cidades circunvizinhas (OLIVEIRA e HERRMANN, 2001).

Os limites geográficos do município estão assim configurados: dividido por duas porções de terras, uma refere-se à Ilha de Santa Catarina que a leste é banhada pelo

Oceano Atlântico, a norte pela Baía Norte e a sul pela Baía Sul, e a outra porção localizada na área continental, limita-se a oeste com o município de São José (IPUF, 2002).

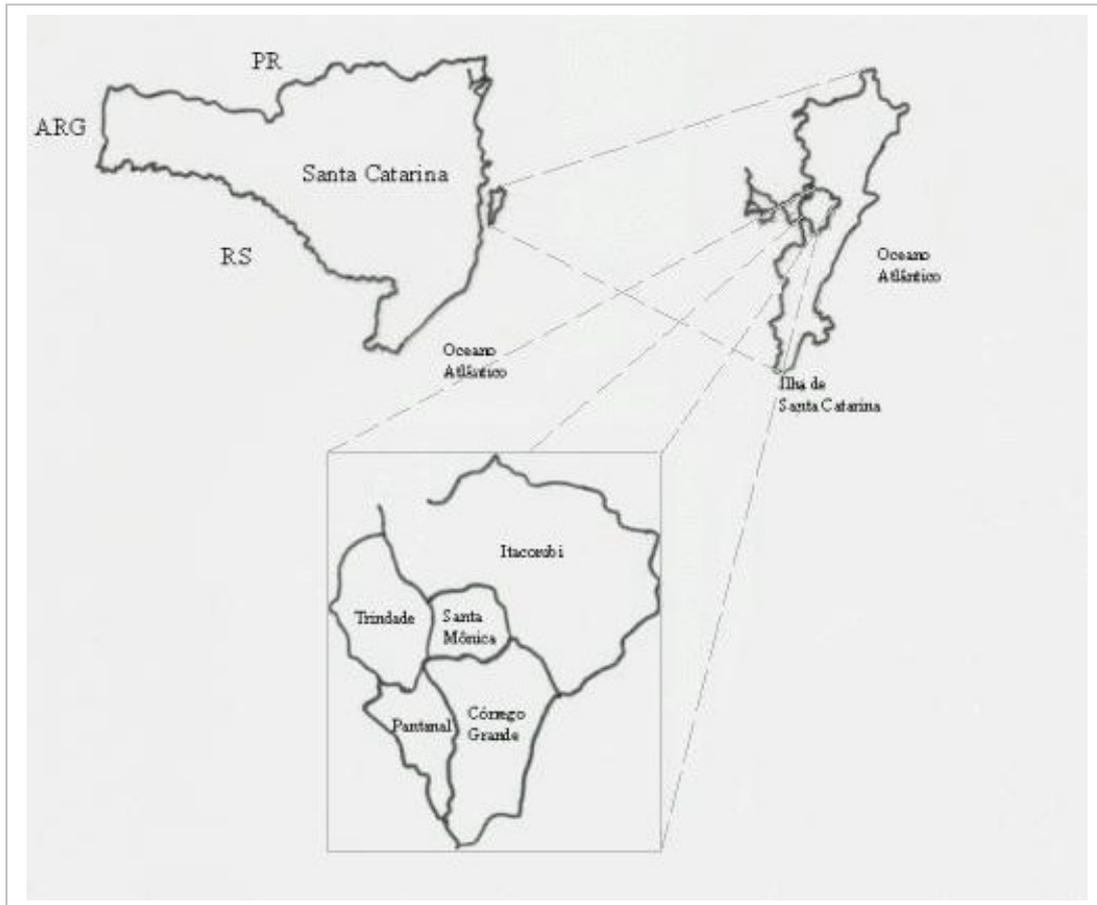


Figura 3.1: Localização da área de estudo

3.2 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

A Ilha de Santa Catarina tem a forma alongada, paralela ao continente, com 54 km de comprimento no sentido norte/sul por 18 km de largura. Possui ainda uma costa bastante diversificada, com 172 km de orla marítima, onde encontram-se 42 praias, inúmeros costões, promontórios, dunas, restingas, manguezais e montanhas, formando um rico cenário natural, de beleza singular. A seguir, serão descritos os principais aspectos naturais.

3.2.1 Geologia

Geologicamente, a Ilha de Santa Catarina encontra-se constituída por duas formações, que são os terrenos cristalinos e os terrenos sedimentares de formação recente. Os terrenos cristalinos formam as partes mais elevadas da Ilha, destacando-se a cadeia central na direção norte/sul e os pontos rochosos que se sobressaem na periferia. Os terrenos sedimentares constituem as partes baixas, onde há a formação de dunas, restingas e manguezais (CARUSO, 1990).

3.2.2 Geomorfologia

O relevo da Ilha apresenta uma morfologia descontínua, é formado por cristas montanhosas, com altitudes variando de 400 a 540 metros, tendo o ponto mais alto localizado no Morro do Ribeirão da Ilha, com 519 metros de altitude. Também destacam-se as elevações variadas de 300 a 400 metros, intercaladas por pequenas planícies (PMF, 2002).

A bacia do Itacorubi é constituída por duas unidades geomorfológicas: o complexo cristalino do proterozóico superior ao paleozóico e por depósitos sedimentares do quaternário. O sistema cristalino está representado principalmente por granitos e granodioritos, enquanto que a planície sedimentar está constituída por sedimentos argílico-sóltico-arenosos típicos de mangues, areno-sílticos-argilosos de baías e lagunas e colúvio-alúvio-eluvionares indiferenciados (DUTRA, 1998).

3.2.3 Hidrografia

Florianópolis possui uma rica rede hidrográfica, formada por rios, córregos, lagoas, cachoeiras, além de riquíssimos depósitos subterrâneos de água, conhecidos como Aquíferos. Conta também com as bacias hidrográficas do Pântano do Sul, Lagoinha do

Leste, Lagoa do Peri, Rio Tavares, Lagoa da Conceição, Saco Grande, Ratonés e Itacorubi (PMF, 2002).

Quanto aos principais rios que drenam o município, tem-se: dos Naufragados, das Pacas, do Peri, da Tapera, Cachoeira Grande, Tavares, Itacorubi, do Sertão, Pau do Barco, do Mel, Veríssimo, Ratonés, Papaquara, Palha, do Bráz, Sanga dos Bois, Capivari, Capivaras e os ribeirões: Vargem Pequena, Valdik, do Porto e Sertão da Fazenda. Dentre os córregos, destacam-se: do Passarinho, do Ramos e o arroio dos Macacos (IPUF, 2002).

A Bacia do Itacorubi é drenada pelos rios do Sertão, Córrego Grande, Itacorubi e seus afluentes, além de alguns canais de drenagem menores. Esta bacia tem como principais características as declividades acentuadas nas cabeceiras e as baixas declividades a jusante, principalmente na região do manguezal do Itacorubi. Seus rios deságuam na Baía Norte, através do mangue do Itacorubi (SANTOS, 2001).

3.2.4 Clima

Florianópolis é influenciada por massas de ar tropicais no verão e massas polares no inverno com estações bem definidas. Possui um clima ameno, que segundo Köeppen, é do tipo Cfa classificado como mesotérmico úmido, sem estação seca e com uma temperatura média anual de 20,3° C. As chuvas são bem distribuídas durante o ano, com 1.405 mm de precipitação anual média. Os verões são rigorosos, com temperaturas que podem chegar a 40° C, ficando em torno de 15° C no inverno (PMF, 2000).

3.2.5 Cobertura Vegetal

A Ilha de Santa Catarina apresenta diferentes tipos de vegetação que variam de acordo com o relevo, o clima e o solo. Muitos autores enquadram a cobertura vegetal da Ilha em duas regiões botânicas, que correspondem a Floresta Ombrófila Densa e a Vegetação Litorânea.

A Floresta Ombrófila Densa cobria todas as encostas dos morros no início da ocupação da Ilha, e correspondia a 74% dos 90% de área coberta por vegetação. A exploração indiscriminada desta floresta, assim como dos demais ecossistemas da Ilha, intensificou-se com a chegada dos imigrantes açorianos, que iniciaram um processo contínuo de desmatamento destinado a abrir caminho para a agricultura e pecuária (CECCA, 1997).

A exemplo do restante da Ilha, a cobertura vegetal da Bacia do Itacorubi é formada predominantemente por vegetação secundária, que corresponde a uma área de 15 km², mas ainda existem remanescentes da floresta ombrófila densa encontrados em áreas mais elevadas na parte nordeste da bacia (DUTRA, 1998).

Na vegetação litorânea estão incluídas as vegetações dos manguezais, das praias, das dunas, das restingas e a floresta das planícies quaternárias. Ocorrem basicamente nas planícies da Ilha, em terrenos arenosos ou em solos lodosos das desembocaduras dos principais rios, no caso dos manguezais (CECCA, 1997).

Segundo PMF (2000), os manguezais são ecossistemas litorâneos que ocorrem em terrenos baixos, relativamente abrigados, formados por vazas lodosas e banhados por águas de salinidade variável. Esta condição deve-se à influência das marés, das correntes de águas doce e dos sedimentos carregados pelos cursos d' água. São sistemas de alta

produtividade que fertilizam as águas costeiras através da alta produção de matéria orgânica, pela exportação da mesma e pela sua transformação em detritos, os quais serão utilizados por uma variedade de organismos. São ecossistemas dinâmicos, de grande importância ecológica e geomorfológica.

Localizam-se na costa oeste da Ilha, nas margens das baías e nas desembocaduras dos principais rios, onde encontram as características físico-químicas para a sua ocorrência. Totalizam uma área de 16,90 km², com redução de cerca de 26,1% da área original. São eles: Ratores, Itacorubi e Saco Grande, na Baía Norte, e Rio Tavares e Tapera, na Baía Sul (PMF, 2002).

3.3 HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO URBANA DE FLORIANÓPOLIS

3.3.1 Os Primeiros Habitantes

Os vestígios mais remotos da presença humana na Ilha de Santa Catarina datam de 4.800 a .C, e estão relacionados às comunidades dos sambaquis, que tinham como atividades básicas de subsistência a coleta de moluscos, a caça e a pesca. Os itararés foram o segundo grupo humano a migrar para a Ilha, sinais de sua presença datam do século X. Tinham hábitos diferentes dos povos dos sambaquis, como o baixo consumo de moluscos, a existência de objetos de cerâmica e uma suposta prática da agricultura (CECCA, 1997).

Os índios tupis-guaranis, chamados pelos europeus de carijós, chegaram na Ilha de Santa Catarina no século XIV. Era uma população, que dividida em várias tribos e aldeias, ocupava grande parte do litoral brasileiro. Praticavam a agricultura, eram ceramistas habilidosos, mas tinham na pesca e na coleta de moluscos as atividades essenciais para sua

subsistência. Após o contato com os portugueses, os carijós teriam fugido para o interior, para não serem escravizados (PMF, 2002).

3.3.2 As Tentativas de Povoamento

Os primeiros registros do povoamento europeu na Ilha datam do início do século XVI e coincidem com a presença constante de exploradores de madeira, aventureiros e estrangeiros de diversas origens e procedências que transitavam e estacionavam na Ilha. Porém, estas primeiras expedições não deixaram o mínimo núcleo de povoação no lugar, pois o seu único objetivo era a exploração das riquezas que acreditavam existirem na Bacia do Prata (VÁRZEA, 1985).

Neste período, não haviam cartas e roteiros precisos, nem jurisdições político-administrativas que norteassem a ocupação do território. Assim, o Brasil esteve entregue a náufragos, degredados, desertores e contrabandistas de madeira. Alguns destes, provenientes das primeiras expedições portuguesas e espanholas no Brasil Meridional se fixaram na região próxima, que havia de ser Desterro (VEIGA, 1993).

Segundo Piazza (1987), “além de náufragos e desertores, os religiosos também foram uns dos primeiros elementos que aqui chegaram. Eram eles frades franciscanos, acompanhantes de uma expedição espanhola, em 1538”.

A posição estratégica de Florianópolis, situada entre as duas maiores cidades do litoral atlântico da América do Sul – Rio de Janeiro e Buenos Aires, aliada aos excelentes portos do litoral catarinense, como os de São Francisco e da Ilha de Santa Catarina, tornou a região ponto de parada quase obrigatória para navegadores de todas as bandeiras que transitavam no Atlântico. Além disso, para as embarcações que se destinavam ao Pacífico,

estes portos eram os últimos a oferecer segurança para descanso das tripulações, e meios para o abastecimento de víveres e água fresca (PELUSO, 1991).

Buscando proteger as terras recém-descobertas, a Coroa Portuguesa promoveu, a partir de 1530, a divisão geométrica da Costa Atlântica, no sistema denominado de Capitânicas Hereditárias. Assim, a Ilha de Santa Catarina foi incluída na Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'ana, numa extensão de território que ia desde Cananéia até Laguna. Passado mais de um século, a Ilha ainda permaneceu com a maior porção das terras continentais de que fazia parte completamente abandonada (VÁRZEA, 1985).

É somente com a chegada do bandeirante Francisco Dias Velho que ocorreu a fundação efetiva da póvoa de Nossa Senhora do Desterro, em 1662. Esta tentativa de povoamento devia servir de atração para a fixação de novos moradores, e também apoiar e estimular aqueles que já há algum tempo estavam vivendo espalhados pelo litoral de Santa Catarina. A iniciativa, porém, foi seriamente prejudicada com a morte de Dias Velho, ocorrida entre 1679 e 1680, vítima da vingança da tripulação de um navio corsário (SANTOS, 1995).

Devido a este desastre, somente alguns poucos moradores ficaram na Ilha, regressando os demais para São Paulo e Laguna. Apesar da existência de herdeiros, Dias Velho deixou as terras abandonadas, e o lugar passou a ser paulatinamente ocupado por novos moradores, devido a grande extensão do território e a sua precária delimitação (VEIGA, 1993).

Sua ocupação foi lenta e instável, limitando-se às simples choupanas e pequenas chácaras. Em 1726, tornou-se independente de Laguna, passando à condição de vila. No início do século XVIII, Desterro vivia da pesca e da pequena lavoura, em regime de isolamento quase completo, mantendo-se como porto de aguada, fornecedor de lenha, de diversos víveres e de madeira para navios danificados. Os tripulantes raramente remuneravam

os ilhéus com dinheiro, mantinham relações baseadas no escambo ou utilizavam o sal como principal moeda de troca (CECCA, 1997).

3.3.3 A Criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina

A era do povoamento começou efetivamente com a criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina, em 1738. Porém, esta iniciativa não foi baseada em interesse econômico, como o ocorrido na fundação da Colônia de Sacramento, na região platina. Na Ilha, o interesse foi exclusivamente militar, para garantir a expansão e o domínio das terras no sul do país. Além de fatores políticos, outros fatores foram determinantes para a criação da capitania, tais como a sua vantajosa posição geográfica e o seu excelente porto, muito freqüentado pelos navios que iam da Europa para o rio do Prata e oceano Pacífico (PELUSO, 1991).

Para garantir o povoamento da nova capitania, a Coroa Portuguesa incentivou, entre 1748 e 1756, a intensa imigração de açorianos e madeirenses, que se espalharam pela Ilha e litoral do continente, fundando várias freguesias com atividades rurais. No século seguinte, ocorreu a imigração de alemães em São Pedro de Alcântara (1829), em Santa Isabel (1847) e em Teresópolis (1860). Destas colônias eram transportados produtos alimentícios para abastecimento de Desterro (SANTOS, 1995).

A presença dos açorianos caracterizou definitivamente o litoral catarinense. Distribuídos no centro de Desterro e em diversas freguesias, imprimiram feições particulares ao ambiente. As freguesias aos poucos foram progredindo com a exploração de produtos agrícolas destinados ao abastecimento da população urbana, das tropas e de embarcações em trânsito, que associada à atividade pesqueira, aos poucos deu sentido econômico à população local, com o desenvolvimento do comércio (SANTOS, 1995).

Somando-se à imigração açoriana, fatores como a fundação das primeiras irmandades, a construção das igrejas e dos fortes também reforçaram a expansão do núcleo urbano nas direções norte e sul do triângulo central. A localização dos fortes influenciou no traçado urbano e deu origem às primeiras vias de acesso terrestre (CECCA, 1997).

Segundo Peluso (1991), as comunicações da área central de Desterro com o restante do sítio urbano eram feitas por caminhos que alcançavam os Fortes de Santana, de São Francisco e de São Luiz e continuava, na Baía Norte, entre o morro do Antão (atual Morro da Cruz) e o mar, para a Trindade; e na Baía Sul, a leste do Forte de Santa Bárbara, para o Saco dos Limões, além de outro caminho que demandava à Trindade através do morro (Figura 3.2).

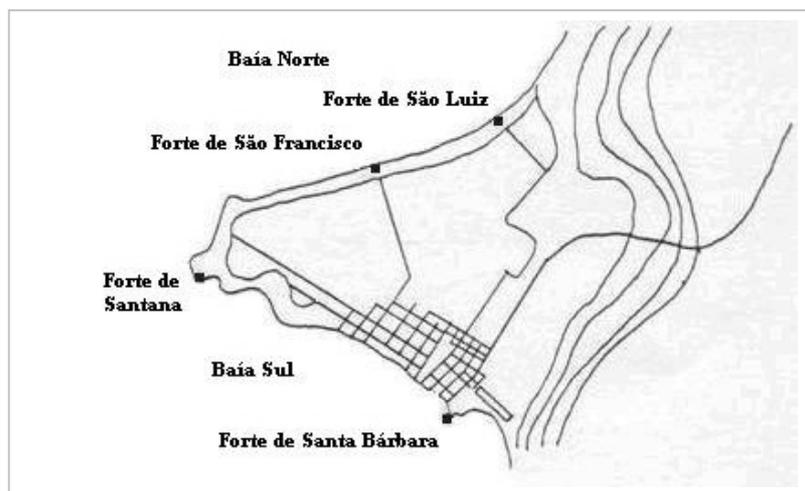


Figura 3.2:Localização dos fortes na área central de Desterro, 1823.

Fonte: (PELUSO, 1991).

No início do século XIX, verificou-se um certo “movimento ascensional” com o florescimento do comércio e das atividades do porto, despontando algumas fortunas que atribuíram um ritmo mais intenso de progresso à Ilha, coincidindo com a sua elevação à categoria de cidade em 1822. Com a Independência do Brasil, a estrutura de Desterro não se alterou. Sua economia crescia baseada no comércio da produção regional para o mercado nacional, acrescida, na segunda metade do século XIX, de parte do que produziam as colônias de imigrantes alemães no continente fronteiro à Ilha (PELUSO, 1991).

Os dados sobre o crescimento populacional de Desterro, se comparados aos da maioria das capitais portuárias do Brasil, demonstram uma certa lentidão. Em 1821, Desterro tinha uma população estimada de 21.811 pessoas. O primeiro Recenseamento Geral, realizado em 1872, apresentou população de 25.709, sendo 11.322 na área urbana. O recenseamento de 1890 apresentou um total de 30.689 pessoas, com 16.506 habitando a área urbana. Apesar do baixo crescimento populacional, estes dados evidenciaram um acréscimo no grau de urbanização da cidade (SUGAI, 1994).



Figura 3.3: Rua Conselheiro Mafra, esquina com a Praça XV de Novembro.

Fonte: IPUF

Em 1876, o plano urbano atendeu ao acréscimo do número de habitantes com a transformação de antigos caminhos em ruas e com a abertura de novas vias públicas. O caminho em direção ao antigo Forte de São Francisco tornou-se a atual rua Esteves Júnior. A rua agora denominada Conselheiro Mafra (Figura 3.3), que desde a Figueira até o Forte de Santana era simples picada, recebeu o tratamento de rua, onde se instalou o cemitério público em 1841. Na Baía Norte, paralelamente à praia, foi aberta rua até o Forte de São Luiz (rua Bocaiúva), que se afasta da praia onde encontra a avenida Trompowski, que ainda não estava aberta naquele ano (PELUSO, 1991).

A trilha através do morro em direção à Trindade foi prolongada na sua base até encontrar-se com a rua para a Trindade a leste do Forte São Luiz, constituindo ruas que mais tarde foram incorporadas à avenida Mauro Ramos. Desembocando nessas ruas já desaparecidas, a rua General Bittencourt era a via pública do extremo leste da cidade (PELUSO, 1991).

Com a implantação do regime republicano, Desterro adquiriu outra fisionomia. O quadro social se alterou com certa rapidez, promovendo o adensamento urbano e a consagração de hábitos e práticas mais citadinas do que rurais, desenvolvendo-se e progredindo mais no decênio de 1890 -1900, do que durante todo o período em que esteve como província do Império (VÁRZEA, 1985).

O desenvolvimento do comércio, das atividades portuárias e o surgimento de uma camada social mais privilegiada também repercutiram na expansão urbana de Desterro. O valor das terras, dentro e na borda das aglomerações, aumentou consideravelmente. Compraram-se e retalharam-se glebas vendendo-se lotes de todo tamanho e forma. Os loteamentos impuseram uma separação clara entre cidade e campo. Aos poucos foram surgindo os primeiros bairros (VEIGA, 1993).

3.3.4 A Ação Estatal e o Dinamismo Urbano do Século XX

Do final do Regime Colonial até o início do século XX, a cidade não sofreu modificações na sua estrutura. Florianópolis, que em 1894 deixou de ser Desterro, manteve suas atividades centradas no comércio local e regional e no próprio governo, através dos pagamentos que fazia aos seus funcionários e aos oficiais e soldados da guarnição, os únicos responsáveis pela entrada da maioria dos recursos que mantinham o núcleo urbano (PELUSO, 1991).

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade passou por momentos de modernização, que promoveram maior dinamismo urbano. Veiga (1993), afirma que ao iniciar o novo século, a construção civil adquiriu novo ritmo, traduzido em ações como a construção do novo Mercado Público, a reforma do Palácio do Governo, a instalação do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário e a construção da usina hidroelétrica para o abastecimento da cidade. O Estado executava obras de grande repercussão como a construção da ponte Hercílio Luz (1926), que estreitou os laços entre a capital e as cidades do interior do Estado (Figura 3.4).



Figura 3.4: Ponte Hercílio Luz na década de 1960.

Fonte: (MATTOS, 2002).

A ligação rodoviária da Ilha com o Continente propiciou a rápida expansão e o desenvolvimento imobiliário da península central e das áreas próximas à Florianópolis. Todo o desenho das ruas foi revisto em função da ponte Hercílio Luz. A área da cidade localizada ao sul da praça XV de Novembro, por exemplo, foi dividida em pequenas ruas, onde foram construídas muitas moradias e casas comerciais. A rua Felipe Schmidt, que se tornou via de acesso para a ponte, transformou-se no principal endereço do comércio varejista da cidade. Já as duas ruas tradicionalmente comerciais, a Conselheiro Mafra e João Pinto, passaram a ser secundárias diante da importância que adquiriu a Felipe Schmidt (MATTOS, 2002).

A atuação do Estado no contexto urbano intensificou-se a partir da década de 1930, impulsionada pela política social do Governo Federal. Esta ação se fez sentir no aumento do volume de funcionários públicos, rompendo o equilíbrio apontado entre o comércio e o governo no contingente humano responsável pela entrada de recursos na cidade. Assim, a manutenção de Florianópolis passou a se dar basicamente graças ao crescimento do setor público, pela injeção de recursos federais e estaduais e pela pequena produção agrícola e industrial (VEIGA, 1993).

Os loteamentos de chácaras, pouco frequentes até 1940, intensificaram-se, como resultado do crescimento populacional do decênio 1940 – 1950 à taxa geométrica anual de 3,15%. A paisagem da área central da cidade passou a se modernizar com a concentração de edificações e o aparecimento dos primeiros prédios com características mais verticais (Figura 3.5). A classe menos favorecida economicamente instalou-se no morro ou dirigiu-se para a parte continental da cidade. Ainda na década de 1940, foi construída a avenida Mauro Ramos, importante via de acesso em direção ao leste da Ilha (PELUSO, 1991).

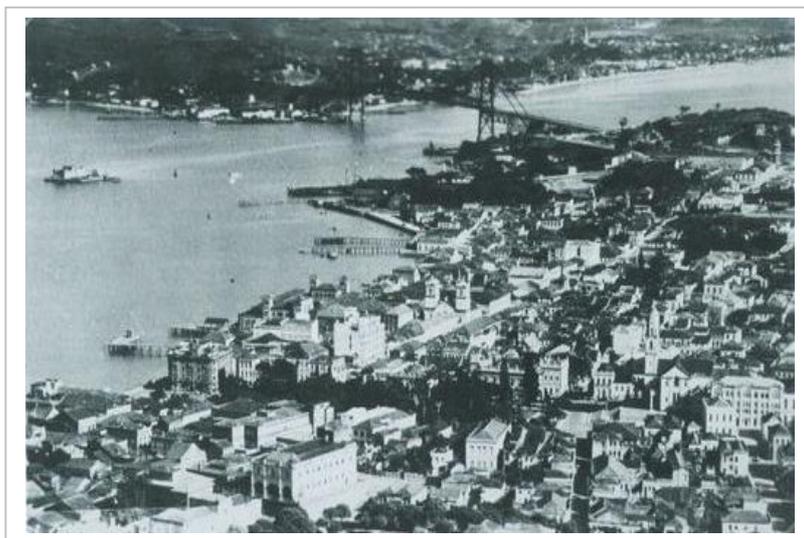


Figura 3.5: Área central de Florianópolis, década de 1940.

Fonte: (MATTOS, 2002).

A década de 1960 foi a mais expressiva para a evolução do plano urbano, com crescimento populacional de 4,57%. Diversos fatores contribuíram para este crescimento,

como a construção da avenida Rubens de Arruda Ramos, conhecida como Beira-mar Norte, considerada a obra de maior importância para o plano urbano de Florianópolis nos anos de 1960 (Figura 3.6). Porém, dois fatores foram considerados fundamentais: a fundação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a construção da BR-101 (PELUSO, 1991).



Figura 3.6: Beira-Mar Norte na década de 1970.

Fonte: (MATTOS, 2002).

Concomitantemente às obras viárias, o Governo instalou diversos órgãos públicos, localizados na área central da cidade, nas proximidades da Praça XV de Novembro. Pode-se destacar: a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina), primeira sociedade de economia mista do Estado, criada em 1955; o Banco de Desenvolvimento do Estado; o CODESUL (Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul), com os governos do Paraná e Rio Grande do Sul e, o FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), todos criados na década de 1960 (FACCIO, 1997).

Segundo CECCA (1997), as atividades portuárias apoiadas na exportação da produção regional foram extremamente expressivas e dinâmicas até meados do século XX, quando o porto ainda recebeu um bom quantitativo de embarcações de pequeno porte. Com o desenvolvimento da tecnologia naval e o conseqüente aumento do porte das embarcações, o porto mostrou-se limitado, parando suas atividades em 1970, com o aterro da Baía Sul, criado

para receber a cabeceira da Ponte Colombo Salles e suas avenidas de escoamento (Figura 3.7).

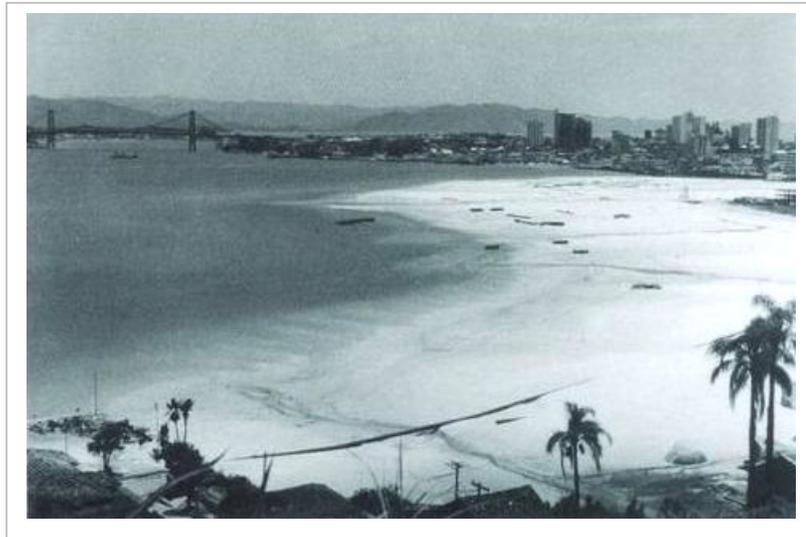


Figura 3.7: Aterro da Baía Sul, década de 1970.

Fonte: (MATTOS, 2002).

Com as transformações ocorridas no plano urbano, sobretudo a partir da década de 1960, Florianópolis passou a se expandir para além do triângulo central, em direção às áreas sitiadas atrás do morro da Cruz (Trindade, Itacorubi, Córrego Grande e Pantanal), às praias ao norte da Ilha, e também em direção à parte continental, fundindo-se com as cidades de São José, Biguaçu e Palhoça, com as quais forma atualmente a região conurbada (VEIGA, 1993).

Florianópolis, cidade pólo do aglomerado urbano, tem um população de 342.315 habitantes e uma taxa de urbanização de 97,04%, segundo dados do IBGE (2000). Além de atuar como centro político e administrativo, a cidade vem se firmando com a economia voltada para atividades comerciais, prestação de serviços públicos e privados, indústria de transformação, de vestuário e informática, além da importante atuação da UFSC e do turismo (PMF, 2002). O intenso processo de ocupação da península central e de parte do continente apresenta-se na Figura 3.8.



Figura 3.8: Vista de Florianópolis, 2001.

Fonte: Arquivo do autor.

Dentre os atrativos turísticos da capital salientam-se hoje, além das magníficas praias, as localidades onde se instalaram as primeiras comunidades de imigrantes açorianos, como o Ribeirão da Ilha, a Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e o próprio centro histórico de Florianópolis, onde pode-se encontrar casarios açorianos que retratam a origem, a história e a cultura da cidade (PMF, 2002).

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 MATERIAIS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS

4.1.1 Materiais Utilizados

- 1) Fotografias aéreas do vôo realizado no ano de 1957, na escala 1:25.000, cedidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL – Florianópolis – 25/03/2003.
- 2) Fotografias aéreas do vôo feito em 1978, na escala 1:25.000, cedidas pelo Curso de Ciências Agrárias da UFSC – Florianópolis – 29/10/2002.
- 3) Fotografias aéreas do vôo realizado em 1998, na escala 1:15.000, cedidas pelo IPUF (Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis) – Florianópolis – 15/10/2002.
- 4) Plano Diretor de Florianópolis (Lei n.º 246/55).
- 5) Plano Diretor da Trindade (Lei n.º 1.851/82).
- 6) Plano Diretor do Distrito Sede (Lei n.º 001/97).
- 7) Lei de Parcelamento do uso do solo de Florianópolis (Lei n.º 1.215/74).

4.1.2 Equipamentos Utilizados

- 1) Computador Pentium Celeron 1.1 GHZ, 128 RAM, disco rígido de 20G.
- 2) Impressora EPSON C42SX.
- 3) Scanner Genius ColorPage-Vivid 3XE.
- 4) Máquina Fotográfica Olimpus Infinity Zoom 70mm.
- 5) Programas: Microsoft Word, Microsoft Excel, PaintShop 7.0, Futuris Imager.

4.2 MÉTODO APLICADO

1. **Análise documental:** como instrumento de análise de fontes secundárias, tais como, estatutos e outras formas de registros. Esta técnica é utilizada no processo de recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes relacionadas ao foco central do estudo.
2. **Análise de conteúdo:** permite a classificação, codificação e categorização dos conceitos, fundamentados em um referencial teórico.
3. **Observação in loco:** essencial ao contato direto com a situação observada, buscando sempre propiciar a obtenção de informações importantes a respeito da realidade do contexto em estudo e dos atores sociais neste inseridos.

4.2.1 Órgãos Consultados

Para coletar as informações necessárias ao trabalho, foram realizadas visitas aos seguintes órgãos públicos:

- a) SUSP (Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos);
- b) IPUF (Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis);
- c) ELETROSUL (Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A);
- d) Biblioteca Central da UFSC;
- e) AGECOM (Agência de Comunicação da UFSC);
- f) IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
- g) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL.

4.2.2 Procedimentos Metodológicos do Estudo

Na primeira fase, fez-se o levantamento, a avaliação e a organização do material bibliográfico disponível, onde buscou-se analisar e compreender a abrangência da pesquisa a ser desenvolvida e os pontos a serem ressaltados, definindo-se também quais informações deveriam ser utilizadas na realização do estudo.

Após a revisão de literatura, procedeu-se a interpretação e análise das fotografias aéreas referentes ao período anterior e posterior à implantação dos órgãos públicos. Inicialmente utilizou-se as fotografias pertencentes ao voo de 1957 (escala 1:25.000), em seguida, ao voo de 1978 (escala 1:25.000) e 1998 (escala 1:15.000), buscando acompanhar a evolução da instalação dos órgãos públicos no espaço urbano da Bacia do

Itacorubi: o Campus da UFSC na Trindade, a sede da ELETROSUL no Pantanal, os órgãos ligados ao setor agrícola (EPAGRI, CETRE da EPAGRI, CIDASC, Secretaria de Agricultura, CCA/UFSC), UDESC, TELESC, CELESC, CETRE do BESC e CIASC, instalados no Itacorubi.

Após a localização dos órgãos públicos, procurou-se verificar e avaliar o processo de ocupação nas imediações dos mesmos. Nos bairros Trindade e Pantanal, onde estão a UFSC e a ELETROSUL, constatou-se a implementação dos loteamentos, principalmente a partir da década de 1970, o que motivou o processo de expansão e urbanização da área.

Nesta fase da pesquisa, utilizou-se fotografias antigas da UFSC referentes à implantação do campus, onde verificou-se a progressiva ocupação do seu entorno, seguindo a própria dinâmica de crescimento da universidade. Realizou-se o mesmo procedimento com fotografias antigas da ELETROSUL, também referentes à fase de construção da sede da empresa, constatando-se as transformações do espaço circundante, a partir da década de 1970.

Em seguida, foram feitas entrevistas não estruturadas com professores da UFSC, funcionários da ELETROSUL e moradores do bairro do Pantanal, verificando como as pessoas que presenciaram a implantação dos respectivos órgãos públicos observaram as mudanças na paisagem da Bacia do Itacorubi ao longo do tempo.

Como suporte à pesquisa, fez-se a coleta dos dados referentes aos Censos Demográficos do IBGE, nos anos de 1991 e 2000, para verificar o crescimento demográfico da área de estudo. Não foram consultados os recenseamentos anteriores a 1991, pois nestes os dados demográficos dos bairros da Bacia do Itacorubi estavam computados junto com os dados do Distrito Sede. A falta de dados específicos da área de estudo, entre as décadas de

1960, que marca o início da construção do Campus da UFSC, e a década de 1980, limitou consideravelmente a avaliação do processo de ocupação. Nesta fase, coletou-se junto à SUSP os dados sobre os loteamentos e desmembramentos aprovados na Bacia do Itacorubi, entre as décadas de 1940 e 1990.

Em seguida, fez-se uma pesquisa amostral, com visitas a campo, para fotografar o adensamento dos bairros da Trindade, Pantanal, Itacorubi e Santa Mônica, identificando os pontos de conflito entre o processo de ocupação e as proposições da Lei de Parcelamento do Solo de 1974 e do Plano Diretor do Distrito Sede de 1997.

A análise do sistema viário foi feita utilizando material bibliográfico e fotografias aéreas, o que permitiu a identificação das vias que foram sendo implantadas a partir de 1957, com destaque para a Via de Contorno Norte, que já aparecia na fotografia aérea de 1978. Nesta fase, buscou-se também identificar as obras de adequação da malha viária ao adensamento urbano, como a construção do Elevado CIC, e visitas a campo para fotografar o alargamento da SC-404 na esquina com a Avenida Madre Benvenuta, no Itacorubi, que é uma obra recente e relevante.

Abordou-se também a importância e a atuação do comércio local, que se desenvolveu de forma mais intensiva a partir de década de 1980. Entretanto, cabe ressaltar que a inexistência de dados na Junta Comercial do Estado e nos demais órgãos que tratam do comércio de Florianópolis limitou o trabalho, pois impediu que se fizesse a evolução do setor comercial e de serviços na área de estudo.

Finalmente, após a coleta, análise e conclusões acerca das informações disponíveis, passou-se para a edição final do texto da dissertação, de acordo com os objetivos propostos.

5. A ATUAÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA BACIA DO ITACORUBI

5.1 O INÍCIO DA OCUPAÇÃO

Após a Fundação da Póvoa de Nossa Senhora do Desterro (1662), o povoamento do interior da Ilha ocorreu muito lentamente. Os lugarejos e as freguesias só surgiram em meados do século XVIII, desenvolvendo-se de forma mais intensiva durante todo o século XIX. Seus habitantes viviam em casas simples, dedicavam-se à pesca e à agricultura, em especial ao cultivo da mandioca, cana, café e milho. Havia numerosos engenhos de farinha de mandioca e moendas de cana, onde fabricavam o açúcar, o melado e a cachaça, que somados à criação de gado, abasteciam o centro da cidade.

O historiador Virgílio Várzea relatou as principais características dos núcleos de ocupação existentes no interior da Ilha no final do século XIX. Dentre eles estavam as povoações do Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi e a Freguesia de Trás do Morro (atual bairro da Trindade), cujas características foram assim descritas:

“A freguesia de Trás do Morro, já nossa conhecida pela célebre romaria da Trindade, em sua maior parte, é cultivada de cereais, cafeeiros, cana, pastagens e vinhas (...). O solo da freguesia ocupa vasta área, toda plana e cortada de culturas, que se irradiam em torno da praça onde se acha a igrejinha, cercada de interessantes habitações, dentre as quais se destacam algumas chácaras com jardins. Em Trás do Morro abundam as hortaliças e as pastagens criadoras, estas cobertas de nédias vacas crioulas. E seus habitantes fornecem de legumes e leite a capital” (VÁRZEA, 1985).

Na área da Trindade, o Estado e a Igreja Católica possuíam grandes extensões de terras, sobressaindo-se aos proprietários fundiários locais. As terras pertencentes ao governo do Estado, eram fruto de apropriações ocorridas por volta de 1940, das terras comunais cultivadas por pequenos produtores. O uso das terras comunais foi uma prática açoriana muito comum na Ilha de Santa Catarina até a década de 1940, quando começou a sofrer, de forma cada vez mais acelerada, o processo de apropriação pelas camadas sociais mais influentes e pelo Estado (SUGAI, 1994).

A partir da década de 1960, inicia-se uma nova fase de ocupação da Bacia do Itacorubi, com um intenso processo de expansão e estruturação urbana, decorrente, principalmente, da implantação do Campus da UFSC, da sede da ELETROSUL e de órgãos como TELESC, UDESC, CELESC, CCA/UFSC, Secretaria de Agricultura, CIDASC e EPAGRI. Os dois primeiros órgãos foram instalados nos bairros Trindade e Pantanal, e os demais no bairro Itacorubi.

5.2 A IMPLANTAÇÃO DA UFSC NA TRINDADE

A idéia de criação de uma Universidade Federal para o Estado de Santa Catarina floresceu ainda na década de 1950, nas antigas instalações da Faculdade de Direito, primeira instituição de ensino superior do Estado. Durante o longo processo de criação e implantação da futura universidade, surgiram duas correntes no meio acadêmico que defendiam posições contrárias: a primeira corrente, liderada pelo Professor Henrique da Silva Fontes, defendia a criação de uma universidade estadual; do outro lado, estava o numeroso grupo liderado por Ferreira Lima, que lutava pela solução federal (LIMA, 2000).

A corrente liderada por Henrique Fontes conseguiu inicialmente uma importante vantagem, convencendo o Governo do Estado a criar a ‘Fundação Universidade Estadual de Santa Catarina’, através da Lei n.º 1.362, de 29/10/1955. Para isso, conseguiu que o governo estadual doasse o terreno da ‘Fazenda Modelo Assis Brasil’, na Trindade, para a construção do campus.

Neste período, surgiu uma proposta concreta de criação da Universidade Federal. Ferreira Lima defendia a solução federal por entender que o Estado não teria condições de atender as crescentes necessidades de recursos exigidos por uma entidade deste porte. ‘Basta lembrar que, nos primeiros dez anos de existência da UFSC, o seu orçamento foi, sempre, várias vezes maior do que o da Prefeitura da Capital’ (LIMA, 2000).

A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, foi criada pela Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, incorporando todas as faculdades existentes em Florianópolis. Através da Lei n.º 2.664, de 20/01/1961, o Governador Heriberto Hülse declarou extinta a Fundação Universidade Estadual, autorizando a doação à União, para posterior incorporação à UFSC, do terreno pertencente à ‘Fazenda Assis Brasil’.

Com o surgimento da UFSC, o patrimônio da Faculdade de Direito, instituição federalizada, foi transferido à nova universidade. Após o cumprimento de todas as exigências legais, foram empossados 49 professores catedráticos, e posteriormente iniciou-se a eleição para a formação do Conselho Universitário. Ferreira Lima foi nomeado primeiro Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina no dia 9 de outubro de 1961, tomando posse em 25 de outubro do mesmo ano e permanecendo no cargo por dez anos (LIMA, 2000).

A UFSC foi oficialmente instalada em 12 de março de 1962, nos vários prédios das antigas faculdades no centro da cidade. A Reitoria funcionou na Rua Bocaiúva, 60, numa chácara chamada “Molenda”, durante os primeiros 10 anos de existência da universidade.

Ferreira Lima tinha um grande sonho de transformar a UFSC num pólo de engenharia brasileiro. Para isso, firmou um convênio bilateral de colaboração com a Universidade do Rio Grande do Sul, em que ficou estabelecido que ambas cederiam professores quando solicitados. Após o vestibular, a Escola de Engenharia (atual CTC), criada ainda em 1962, passou a funcionar nos fundos do terreno da Reitoria, com uma turma de 28 alunos (LIMA, 2000).

Na chácara “Molenda” também foram construídos dois prédios de madeira para abrigar as salas de aula e os embriões de uma biblioteca e dos primeiros laboratórios - de Física e de Química - da nova escola. Uma pequena edificação de alvenaria já existente abrigou a direção e a secretaria da Escola de Engenharia (BLASS, 2002).

Com o crescimento efetivo da universidade foi natural a busca de um novo terreno que pudesse satisfazer todas as necessidades de espaço requeridas pelos cursos. Assim, começou-se a planejar a construção da universidade na Trindade, a partir de 1962, proposta esta que gerou muita polêmica e foi motivo de amplas discussões.

Ferreira Lima posicionou-se contrário à proposta de transferência para a Trindade, pois o local apresentava muitos aspectos negativos, que dificultariam a implantação do campus. Dentre eles, foram apontados: a localização e as condições do terreno, que por estar situado numa bacia hidrográfica, exigiria obras de canalização e drenagem bastante caros; as péssimas condições infra-estruturais, pois a estrada que ligava a Trindade ao centro

da cidade, era de barro, não havendo quase condução coletiva; a precariedade dos serviços de água e luz e a inexistência de esgoto (LIMA, 2000).

O primeiro Plano Diretor de Florianópolis, instituído pela Lei n.º 246/55, desaconselhava a implantação do novo Campus da UFSC nas terras da Trindade por achar o terreno inadequado e por estar situado no sentido contrário ao crescimento da cidade, que se daria na direção do continente, com a construção do porto. Para a área da Trindade estaria destinada a construção de quartéis, polígonos de tiro, etc. Segundo o Plano, a universidade deveria ser construída em área de aterro junto à Baía Sul, pois “a idéia de um possível crescimento na direção da Trindade não tem nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação” (PAIVA, 1952).

Mesmo diante de posições contrárias, o Conselho Universitário decidiu construir o Campus na Trindade, em terras da ‘Fazenda Assis Brasil’. Segundo Sugai (1994), toda polêmica sobre a construção do Campus envolveu não somente os membros do Conselho Universitário, mas também os setores mais influentes da cidade, pois desde a década de 1950, a elite local já demonstrava interesse em ocupar a área a leste do Morro da Cruz. Sabia-se que a implantação do Campus iria interferir, a médio prazo, e dependendo dos investimentos urbanos efetuados pelo Estado, na expansão e na estruturação urbana de Florianópolis.

Pretendia-se construir uma universidade de porte médio, distinguindo-se de grande parte das universidades brasileiras. Assim, o Campus foi inicialmente projetado para atender 10.000 alunos, e quando atingisse esse número, as vagas abertas seriam iguais ao número de formandos. Caso houvesse a necessidade de ampliar o número de vagas, Ferreira Lima afirmava que solução certa seria a criação e construção de novos campi nos restantes 360 hectares pertencentes à UFSC (LIMA, 2000).

Na implantação do Campus da Trindade adotou-se os critérios de simplicidade e economia. Devido às dificuldades orçamentárias, buscou-se construir um campus concentrado para reduzir as despesas com os serviços de água, luz, esgoto, telefones, etc. Pelas mesmas razões, optou-se por construções no sentido horizontal, com prédios de até dois andares e de preferência térreos, buscando desta forma, evitar despesas com elevadores e alto consumo de energia elétrica (LIMA, 2000).

O pavilhão de Engenharia Mecânica foi a primeira obra iniciada no campus. As primeiras edificações foram concluídas somente a partir de 1965. Até então, as instalações estavam restritas às construções já existentes, em torno de 6.689 m² (SUGAI, 1994). A Figura 5.1, mostra a construção da Reitoria (A) e o pavilhão de Engenharia Mecânica (B). Ao fundo, vê-se parte do bairro Pantanal, pouco ocupado e com características rurais em 1966.

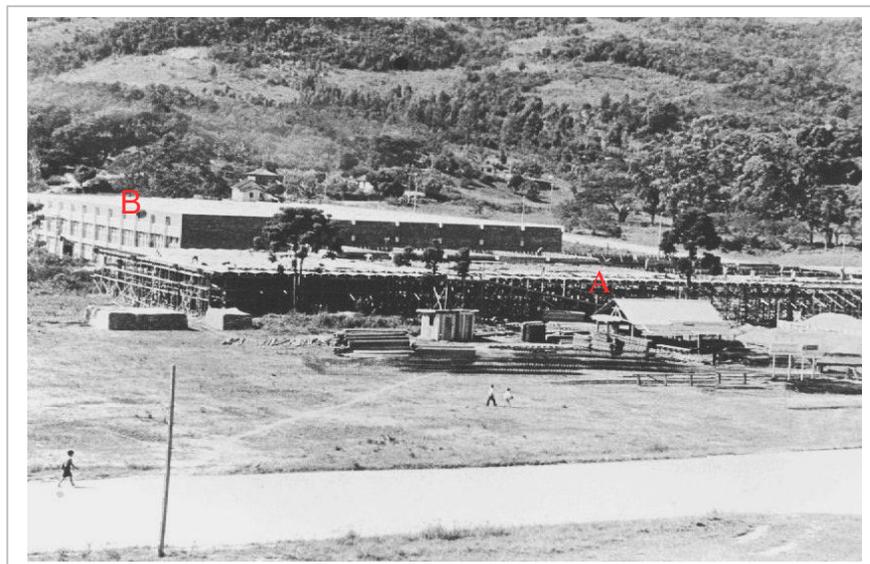


Figura 5.1: Construção da Reitoria, 1966.

Fonte: Arquivo AGEKOM

Diante das limitações infra-estruturais apresentadas pelo espaço urbano, a universidade buscou construir um campus auto-suficiente, dotado de infra-estrutura e serviços que o permitisse atender todas as necessidades da comunidade universitária e de usuários de um modo geral. Assim, o campus foi implantado para dentro de si próprio, mantendo uma

postura de isolamento com relação ao espaço urbano. Pois, as suas imediações não apresentavam grandes atratividades, ao contrário, era um espaço por se fazer a partir da própria dinâmica da universidade (UFSC, 1998).

Foi somente a partir da Reforma Universitária, implantada em 1970, que a UFSC iniciou um processo de expansão e reestruturação que garantiu a ampliação de suas instalações, a criação de novos cursos de graduação e a adoção da atual estrutura didática e administrativa. Foram tomadas medidas como a extinção das antigas faculdades e a criação das sub-reitorias. Nesta fase de implantação, prédios como a Reitoria (A), Engenharia Mecânica (B), o atual prédio de Engenharia de Produção e NPD - Núcleo de Processamento de Dados (C) estavam concluídos (Figura 5.2).

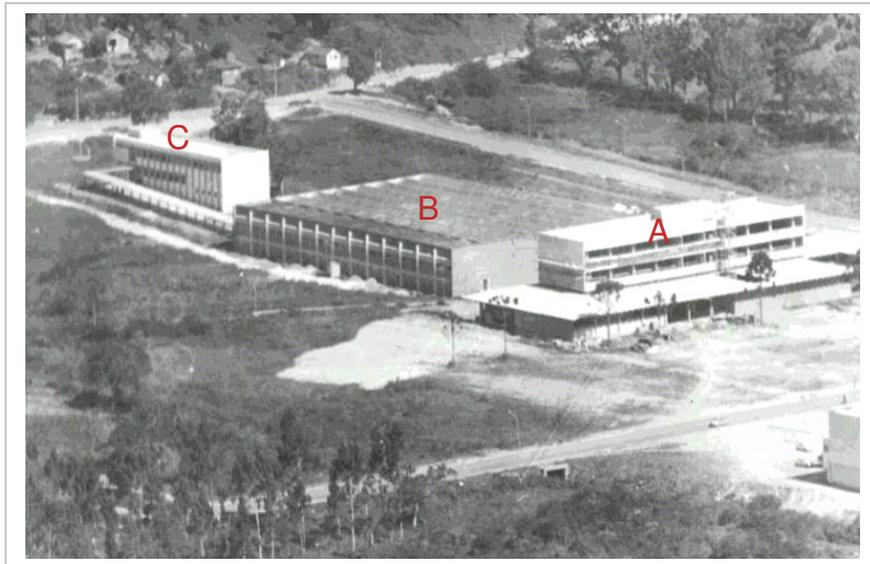


Figura 5.2: Campus da UFSC em 1970.

Fonte: Arquivo AGEKOM

Quando Caspar Erich Stemmer assumiu a reitoria, em maio de 1976, os contornos da universidade ainda não estavam definidos, pois até então, os proprietários dos terrenos desapropriados pelo Governo Federal ainda não haviam sido indenizados. Com parte dos recursos da venda da Reitoria, no centro da cidade, foram comprados os terrenos vizinhos ao Campus, antes que os mesmos se valorizassem com a progressiva construção das

instalações¹.

O pagamento das indenizações e a progressiva desocupação da área deram condições para que fosse colocado em prática um amplo programa de construções, combinando projetos padronizados – de tijolos e concreto aparente, simples e funcionais, de fácil manutenção – e administração eficiente. Ao assumir, Stemmer encontrou 56.000 m² de área construída no Campus. Ao longo de sua gestão, foram construídos mais 65.239 m², num total de vinte e oito prédios (BLASS, 2002).

Paralelamente às construções das instalações, foram realizadas obras de infraestrutura para atender a crescente demanda: nova rede de abastecimento de água; implantação de rede telefônica subterrânea e do serviço de telex; instalação de dez telefones públicos; calçamento dos estacionamentos, construção de calçadas, passarelas e pontes sobre os canais para pedestres; ajardinamento e paisagismo, como o plantio de mais de 10.000 árvores, mini-bosques e gramados (BLASS, 2002).

Os reflexos da Reforma Universitária foram verificados no acréscimo de 163,09% do número de alunos de graduação e na criação de 31 cursos durante a década de 1970. Entre 1976 e 1980, o crescimento do quadro de professores e de servidores técnico-administrativos foi da ordem de 47,31% e 70,64%, respectivamente (UFSC, 1998).

A partir de 1980, a ampliação da UFSC deixou de se voltar para a introdução de novos cursos de graduação, para centrar esforços no desenvolvimento da pós-graduação e na formação de professores. Na década de 1990, a Universidade Federal de Santa Catarina estava totalmente consolidada no Campus da Trindade, com o pleno funcionamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços à comunidade, acumulando

¹ Segundo entrevista com Sr. Caspar Erich Stemmer, ex-reitor da UFSC, 23/05/2003.

190.420,59 m² de área construída (UFSC, 1998). A cronologia das construções está disposta na Figura a seguir:

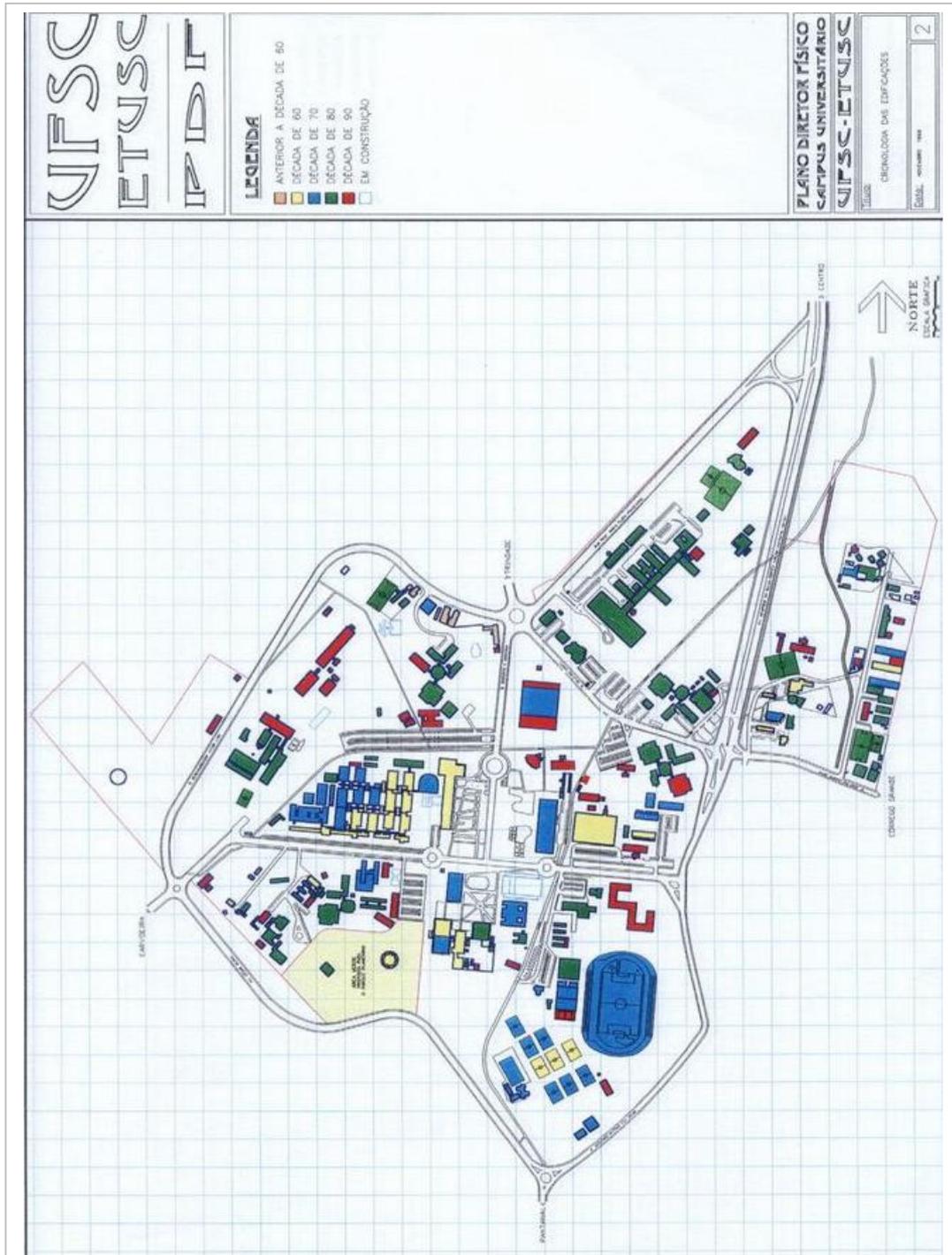


Figura 5.3: Cronologia das construções (1961 – 1996).

Fonte: UFSC, 1998.

Atualmente, a UFSC oferece 52 cursos/habilitações de graduação e 44 cursos de pós-graduação stricto sensu, além de diversos cursos de especialização e aperfeiçoamento, tanto na sede quanto à distância. O Campus da Trindade (Figura 5.4) possui um total de 274.523 m² de área construída sobre um terreno de 1.020.769 m², para atender a 1.631 servidores docentes, 2.886 servidores técnico-administrativos e 30.675 alunos do ensino infantil ao doutorado (UFSC/SEPLAN, 2002).

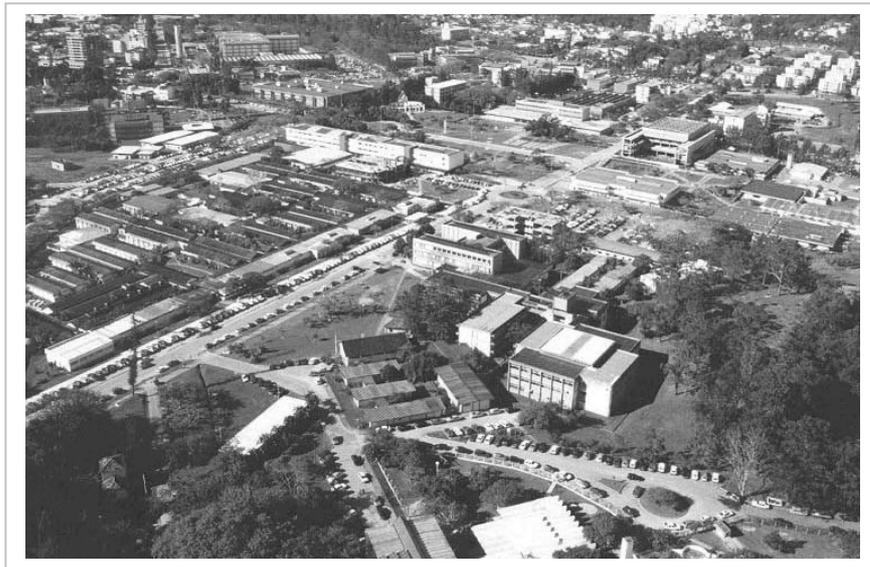


Figura 5.4: Vista aérea do Campus em 1998.

Fonte: Arquivo AGECOM.

Apesar de alguns argumentos contrários à localização da universidade no bairro da Trindade (Figura 5.5) estarem corretos, teria sido muito problemática, em diversos outros aspectos, a instalação de um campus no centro da cidade. O papel polarizador exercido pela UFSC, hoje, nos bairros da Trindade e adjacências, transformou de tal forma o entorno do campus, que os pontos negativos apontados pelo Prof. Ferreira Lima foram solucionados ou adaptados às novas necessidades dos bairros, tornando-se quase sem significado frente ao crescimento da cidade (UFSC, 1998).



Figura 5.5: Localização do Campus da UFSC, 2002.

Fonte: IPUF

O tempo demonstrou a estreita ligação entre a construção do Campus e o crescimento dos bairros localizados a leste do Morro da Cruz. Em 1962, imaginava-se um campus isolado, em local agradável, silencioso, propício ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, não se poderia imaginar uma transformação tão radical em tão pouco tempo.

5.3 A INSTALAÇÃO DA ELETROSUL NO PANTANAL

Com a política pós-64, as empresas estatais receberam um papel de destaque no processo de industrialização brasileira, principalmente no período do “milagre brasileiro”, entre os anos de 1968 e 1973, quando o Governo Federal realizava maciços investimentos em setores considerados essenciais ao desenvolvimento, que funcionavam como suporte básico da economia que estava sendo construída.

A ELETROSUL – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A, subsidiária do Sistema ELETROBRÁS, foi criada em 23 de dezembro de 1968, com o objetivo construir e

operar as usinas e os sistemas de transmissão, de interesse interestadual na Região Sul do país, passando em 1980 a operar também no Estado do Mato Grosso do Sul.

Durante os primeiros sete anos de funcionamento, a empresa manteve o seu escritório central no Rio de Janeiro, e entre 1975 e 1978, ocorreu o processo de transferência da sede da empresa para Florianópolis. Nesta decisão foram analisados fatores de natureza econômica, social, técnica, e também os parâmetros geográficos, pela localização estratégica de Florianópolis, situada entre os demais Estados de atuação da empresa. Com isso, o Governo Federal pretendia também evitar a concentração de empreendimentos federais, distribuindo mais uniformemente as estatais em todas as unidades da Federação (ELETROSUL, 1975).

A transferência da ELETROSUL representou para o Estado e principalmente para Florianópolis, um forte incremento na economia local, pois entre 1975 e 1981, seu programa de investimentos continha valores altíssimos, que à época, representava a maior aplicação de recursos federais no Estado (ELETROSUL, 1975).

Do escritório central foram transferidos aproximadamente 600 funcionários e suas famílias. Na fase inicial de funcionamento em Florianópolis, a empresa utilizou instalações alugadas no centro da cidade, numa área de aproximadamente 7.000 m², nos Edifícios Trajanus, Aliança, Carlos Maia e Apolo. A garagem localizava-se na antiga fábrica da Hoepcke e o setor de almoxarifado em Barreiros. Manter a ELETROSUL funcionando em diferentes locais acarretava o alto custo com aluguéis e dificultava a coordenação das atividades administrativas nos setores da empresa (FACCIO, 1997).

A sede da ELETROSUL, reunindo todos os seus escritórios e departamentos (Figura 5.6), foi construída entre 1976 e 1978, no bairro Pantanal, em terreno doado pelo Governo do Estado, nas proximidades do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui um total de 25.698 m² de área construída sobre um terreno de aproximadamente 114.518 m².



Figura 5.6: Sede da ELETROSUL, 2002.

Fonte: (ELETROSUL, 2002).

Segundo Faccio (1997), os funcionários transferidos ocupavam cargos nos níveis mais altos de qualificação profissional e enquadramento salarial acima da média local. Além disso, receberam 30% de adicional nos salários, durante dois anos, como forma de incentivo à transferência. Assim, o impacto causado pela transferência da ELETROSUL não se deveu somente ao quantitativo de funcionários, mas, principalmente pela sua capacidade de consumo, que gerou uma enorme demanda por variados tipos de serviços e infra-estrutura urbana.

A instalação da ELETROSUL representou também a abertura de novas oportunidades de emprego para trabalhadores locais. O período de 1976 a 1985, foi o mais expressivo em contratações, representando 53,80% do total de funcionários integrados ao

quadro de pessoal da empresa. O número de contratações feitas pela ELETROSUL até 1991, pode ser visualizado na Tabela 5.1.

Período	Número de Contratações	%
Anterior a 1975	313	9,40
1976 – 1980	1.337	39,90
1980 - 1985	466	13,90
1986 - 1991	1.234	36,80
Total	3.350	100,00

Tabela 5.1: Contratações de funcionários.

Fonte: (FACCIO, 1997).

Em meados da década de 1990, a empresa passou por um processo de cisão que resultou na criação da Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A – ELETROSUL, agora voltada exclusivamente para o segmento de transmissão de energia em alta e extra-alta tensão. O quadro de pessoal da empresa é formado por 1.305 funcionários, que ocupam 9 departamentos, 7 assessorias, 1 secretaria geral e 25 divisões (ELETROSUL, 2002).

Seu sistema de transmissão permanece localizado nos estados da Região Sul e no Mato Grosso do Sul, área que abriga um contingente populacional da ordem de 28 milhões de habitantes e que responde por 16% do PIB e 17% do mercado consumidor do país. Ao longo dos anos, a ELETROSUL vem consolidando sua atuação no mercado e, em 2002, foi considerada a 6ª maior empresa do Estado. Sua receita de transmissão e o repasse de energia elétrica de Itaipu atingem um valor de 1,4 bilhão de reais, o que evidencia a sua importância para Florianópolis e para todo o Estado de Santa Catarina.

5.4 A INSTALAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATAIS NO BAIRRO ITACORUBI

Apesar de sua localização privilegiada, bem provida de comunicações – rios, mar e estrada – com o centro da cidade, o Itacorubi era uma localidade rural até a década de 1960. Seus poucos moradores se dedicavam principalmente à criação de gado leiteiro. A exemplo da Trindade e do Pantanal, o Itacorubi também passou a abrigar importantes órgãos públicos, que mudaram gradativamente sua paisagem e contribuíram para o seu crescimento.

O primeiro órgão instalado foi o Laboratório de Solos e Minerais, que se localizava anteriormente na Trindade, numa área remanescente da Penitenciária Agrícola. A transferência para o Itacorubi, realizada durante o governo de Celso Ramos (1961 – 1965), provocou grande descontentamento entre os funcionários por ser uma área rural e desprovida de infra-estrutura (FACCIO, 1997).

Durante as décadas de 1970 e 1980, muitos órgãos foram construídos e instalados no Itacorubi. Pode-se destacar: O CETRE da EPAGRI – Centro de Treinamento da EPAGRI (1964); Secretaria da Agricultura (1975); ACARESC, EMPASC e ACARPESC (1975), que posteriormente passaram por um processo de fusão formando a EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Difusão Tecnológica de Santa Catarina (1986); CCA/UFSC – Centro de Ciências Agrárias da UFSC (1977) e, CIDASC - Centro Integrado de Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina (1982).

Somados aos órgãos públicos voltados para o setor agrícola foram construídos o CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A (1975); TELESC – Telecomunicações de Santa Catarina (1976); UDESC – Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina; CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina (1990);

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina, dentre outros.

5.5 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO DECORRENTES DA AÇÃO DO ESTADO

Os bairros localizados a leste do Morro da Cruz foram os mais procurados para a instalação dos órgãos estatais a partir da década de 1960. O deslocamento da malha urbana no sentido Centro/Trindade, com a implantação, principalmente, da UFSC, além de outros órgãos como ELETROSUL, TELESC, CELESC e UDESC, promoveram o adensamento urbano, a valorização fundiária, a ascensão do setor imobiliário, o crescimento do comércio e da indústria da construção civil, exigindo maiores investimentos públicos em infra-estrutura e sistema viário (UFSC, 1998).

Esta nova localização do aparelho estatal agiu como pólo de atração urbana, onde cada órgão contribuiu em maior ou menor grau para o crescimento da Trindade e bairros próximos. Entretanto, cabe ressaltar que a UFSC distingue-se dos demais órgãos públicos por influenciar continuamente na dinâmica urbana. Hoje, a comunidade universitária (corpo discente, docente e técnico-administrativos) é formada por 35.196 pessoas, que representam uma enorme demanda por moradias, comércio e serviços diversos, movimentando a economia local.

Além da comunidade universitária, muitas pessoas convergem diariamente para o Campus da Trindade em busca dos serviços prestados gratuitamente pela universidade. Em 2002, foram realizados 28.000 atendimentos na Clínica Odontológica e 240.538 atendimentos no Hospital Universitário, entre consultas ambulatoriais (122.896) e entradas na emergência (117.642), segundo (UFSC/SEPLAN, 2002).

5.5.1 Reflexos no Crescimento Urbano

Apesar de ser considerada a mais povoada entre as localidades a leste do Morro da Cruz, a Trindade possuía uma população bastante reduzida e uma rotina tranqüila. Além da ‘Fazenda Modelo Assis Brasil’, local de implantação do Campus da UFSC, existiam muitas chácaras utilizadas tanto por moradores locais, quanto pela elite como casa de lazer.

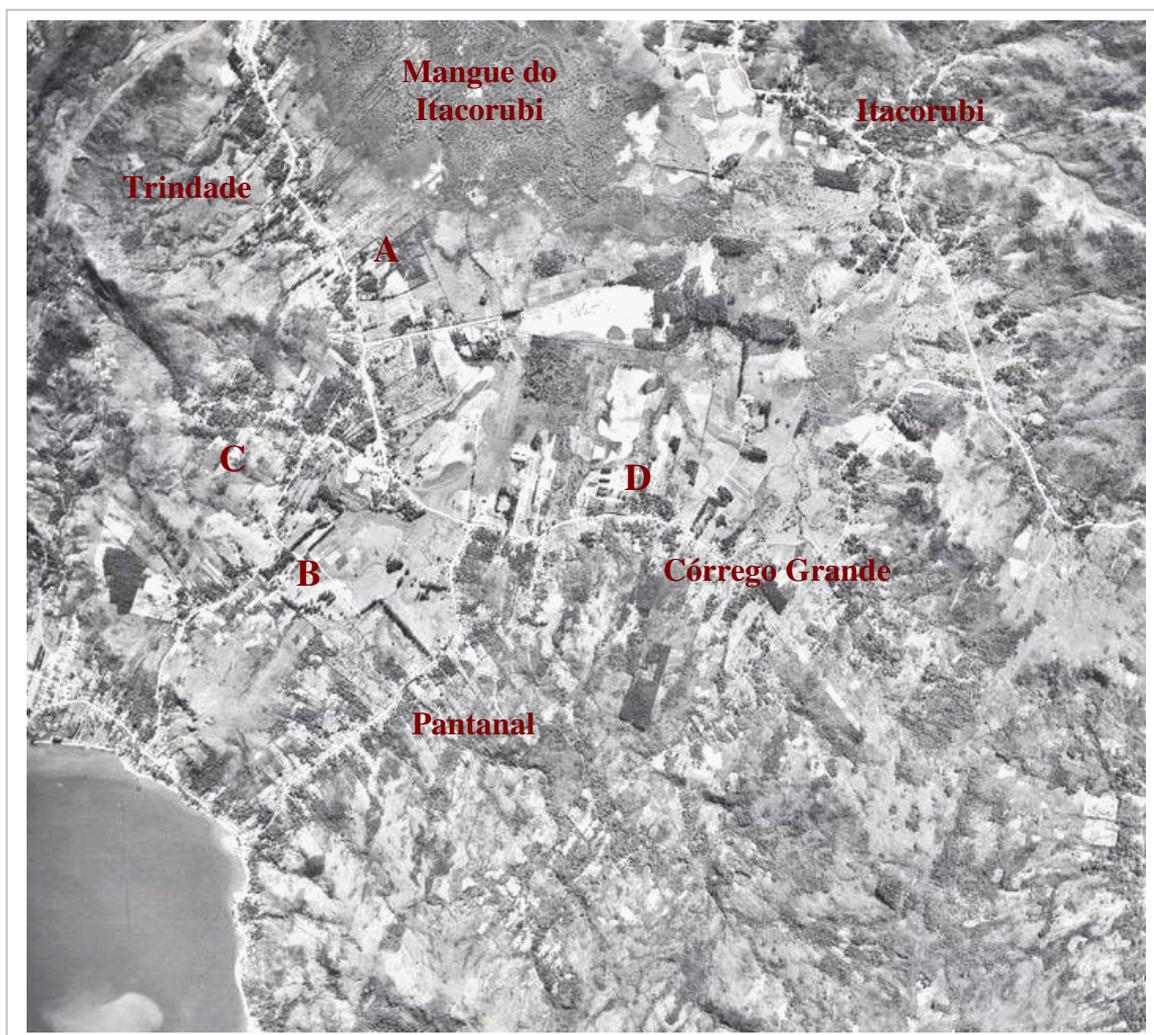


Figura 5.7: Vista parcial da Bacia do Itacorubi, 1957.

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL.

Até meados da década de 1950, a Trindade era uma área praticamente isolada, pois além de distar 8 km do centro da cidade, possuía acessos precários, que se resumiam a quatro estradas de terra: três ligavam a Trindade ao centro da cidade, contornando o Morro da Cruz pelo norte (A), outra contornando pelo sul, via Saco dos Limões (B) e uma terceira

cruzando o morro (C); o quarto caminho direcionava-se para a Lagoa da Conceição, via Córrego Grande (D), tornando a Trindade um caminho obrigatório para quem se dirigisse do centro ao leste da Ilha (Figura 5.7).

Durante toda a década de 1960, o crescimento da Trindade e dos bairros adjacentes foi bastante lento, acompanhando o tímido crescimento da própria universidade neste período. Mesmo nos primeiros anos, a implantação do campus trouxe benefícios aos moradores locais, pois as obras de saneamento básico requeridas pela universidade exigiram do Poder Público investimentos nos bairros circundantes ao campus. “Antes da chegada da UFSC não havia água encanada, o esgoto corria a céu aberto e a energia elétrica era bem precária²”.

A transferência gradativa dos cursos para o Campus da UFSC, a conclusão da sede da ELETROSUL e dos órgãos estatais no Itacorubi, intensificaram o fluxo de pessoas na Trindade e arredores, que passaram a enfrentar problemas decorrentes da falta de infraestrutura. A precariedade do transporte coletivo foi uma das dificuldades encontradas. Havia apenas duas empresas de ônibus: o Trindadense, que fazia o percurso Centro – Trindade, via Agrônômica, e o Limoense, que fazia o percurso Centro– Trindade, via Saco dos Limões. Devido à escassez de transporte, à época, os funcionários da ELETROSUL passaram a utilizar ônibus da própria empresa para se dirigirem ao centro³.

As dificuldades de acesso e a precariedade de infra-estrutura encontradas no bairro do Pantanal e proximidades foram fatores determinantes para que muitos funcionários da ELETROSUL desistissem da transferência para Florianópolis. Quando a empresa começou a ser construída, em 1976, o Pantanal era um bairro pouco atraente, com algumas casas de

² Entrevista com o Sr. Osni Vidal, antigo morador do bairro Pantanal, cujas terras foram compradas pela UFSC para ampliação do Campus da Trindade, 14/11/2002.

³ Entrevista com o Sr. Mário Nacuco, funcionário da ELETROSUL, 20/12/2002.

moradores locais e pequenas chácaras (Figura 5.8). Mas os funcionários que decidiram ficar, superaram as dificuldades iniciais e se integraram plenamente à vida da cidade, que mostrou-se muito acolhedora com os novos moradores⁴.

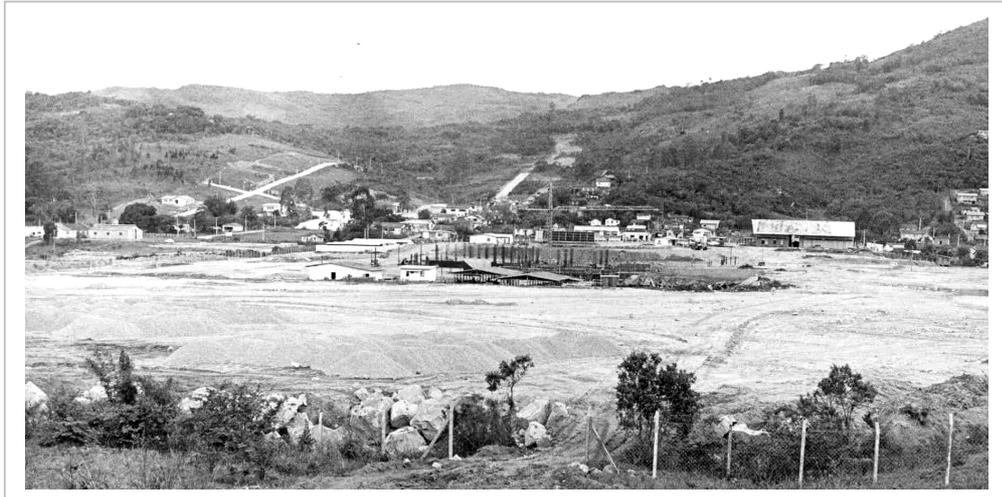


Figura 5.8: Construção da ELETROSUL, 1976

Fonte: Arquivo ELETROSUL

Como o espaço urbano da Bacia do Itacorubi ainda estava se estruturando na década de 1970, a ELETROSUL buscou alternativas para atender as necessidade de moradia de seus funcionários, com a criação de um programa de construção de residências, vendidas aos empregados através da ELOS - Fundação ELETROSUL de Previdência e Assistência Social. Foi assinado com a ELETROSUL convênio para execução do “Plano de Financiamento aos Empregados para Aquisição de Residência”, pelo qual a ELOS, com recursos da ELETROSUL, ficou encarregada de construir e proporcionar financiamento aos funcionários para aquisição de residências (ELOS, 1976).

Para os funcionários que exerciam cargos gerenciais, a empresa construiu residências na Carvoeira (Figura 5.9), próximo à ELETROSUL, e em Itaguaçu, área residencial de classe mais alta localizada na parte continental de Florianópolis. Também foram adquiridos vários terrenos, dentre os quais, cerca de 50 lotes no Jardim Anchieta, 40 lotes na Trindade e 40 lotes no Córrego Grande (ELOS, 1976).

⁴ Entrevista com o Sr. França, funcionário aposentado da ELETROSUL, 20/12/2002.

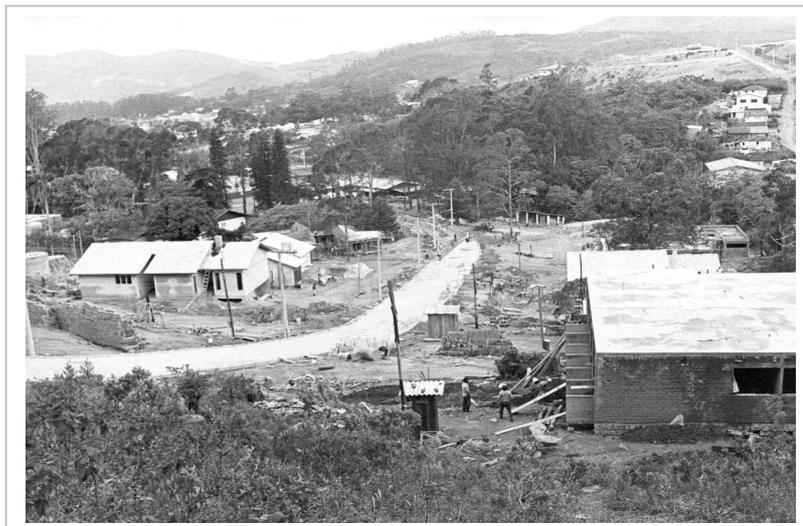


Figura 5.9: Construção do condomínio da ELETROSUL na Carvoeira, 1976.

Fonte: Arquivo ELETROSUL

A oferta de emprego proporcionada por órgãos como UFSC, ELETROSUL e TELESC e o charme da cidade insular, atraiu uma gama de profissionais das camadas médias, principalmente a partir da década de 1960. Este fluxo migratório e a condição de capital turística contribuiu para o adensamento local e o surgimento de novas demandas públicas urbanas, pois os novos moradores não eram forasteiros quaisquer, como foi o caso de muitas cidades brasileiras (FANTIN, 2000). A Figura 5.10 retrata o crescimento urbano da área, com a construção de novas moradias nos bairros Pantanal e Carvoeira.

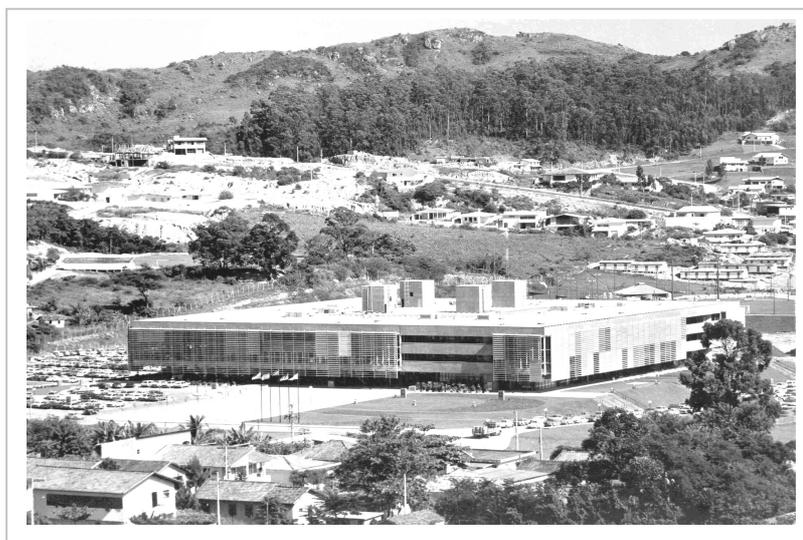


Figura 5.10: Construção de moradias no Pantanal e Carvoeira.

Fonte: Arquivo ELETROSUL

O interesse do capital imobiliário pelos bairros da Bacia do Itacorubi surgiu, ainda que timidamente, em 1941. Na década seguinte, quando já se discutia se a localização da universidade se daria no centro (de acordo com o Plano Diretor de 1955) ou na Trindade, foram aprovados 8 loteamentos. Nas décadas de 1960 e 1970, período de instalação dos órgãos públicos, os loteamentos aprovados na Bacia do Itacorubi passaram a representar 20% e 22% do total⁵ (Tabela 5.2).

Período	1940	%	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%	1990	%
Bairros	/											
	1949		1959		1969		1979		1989		1999	
Pertencem à Bacia	1	3%	8	8%	11	20%	11	22%	6	19%	3	16%
Demais Bairros	36	97%	93	92%	45	80%	40	78%	26	81%	16	84%
Total	37	100%	101	100%	56	100%	51	100%	32	100%	19	100%

Tabela 5.2: Loteamentos aprovados entre 1940 e 1999.

Fonte: SUSP

Entre os loteamentos aprovados, muitos foram destinados às classes média e média alta, para atender a crescente demanda de funcionários dos órgãos públicos, que desejavam morar próximo ao local de trabalho. São exemplos: o Loteamento Santa Mônica (1970), Parque São Jorge I (1972), Parque São Jorge II (1982), Flor da Ilha I (1974), Flor da Ilha II (1981), Jardim Anchieta (1975), Jardim Germânia I (1983) e Jardim Germânia II (1998).

Na foto aérea de 1978, pode-se destacar a localização do Campus da UFSC (1), as sedes da ELETROSUL (2) e da TELESC (3), e a progressiva mudança na paisagem devido à implementação do Loteamento Santa Mônica, à intensa ocupação do bairro da Trindade e à ocupação das áreas próximas à ELETROSUL, nos bairros do Pantanal e Carvoeira, em decorrência dos loteamentos implementados pela ELOS (Figura 5.11).

⁵ Segundo levantamento realizado junto à SUSP –Setor de Arquivos e Projetos, 19/11/2002.

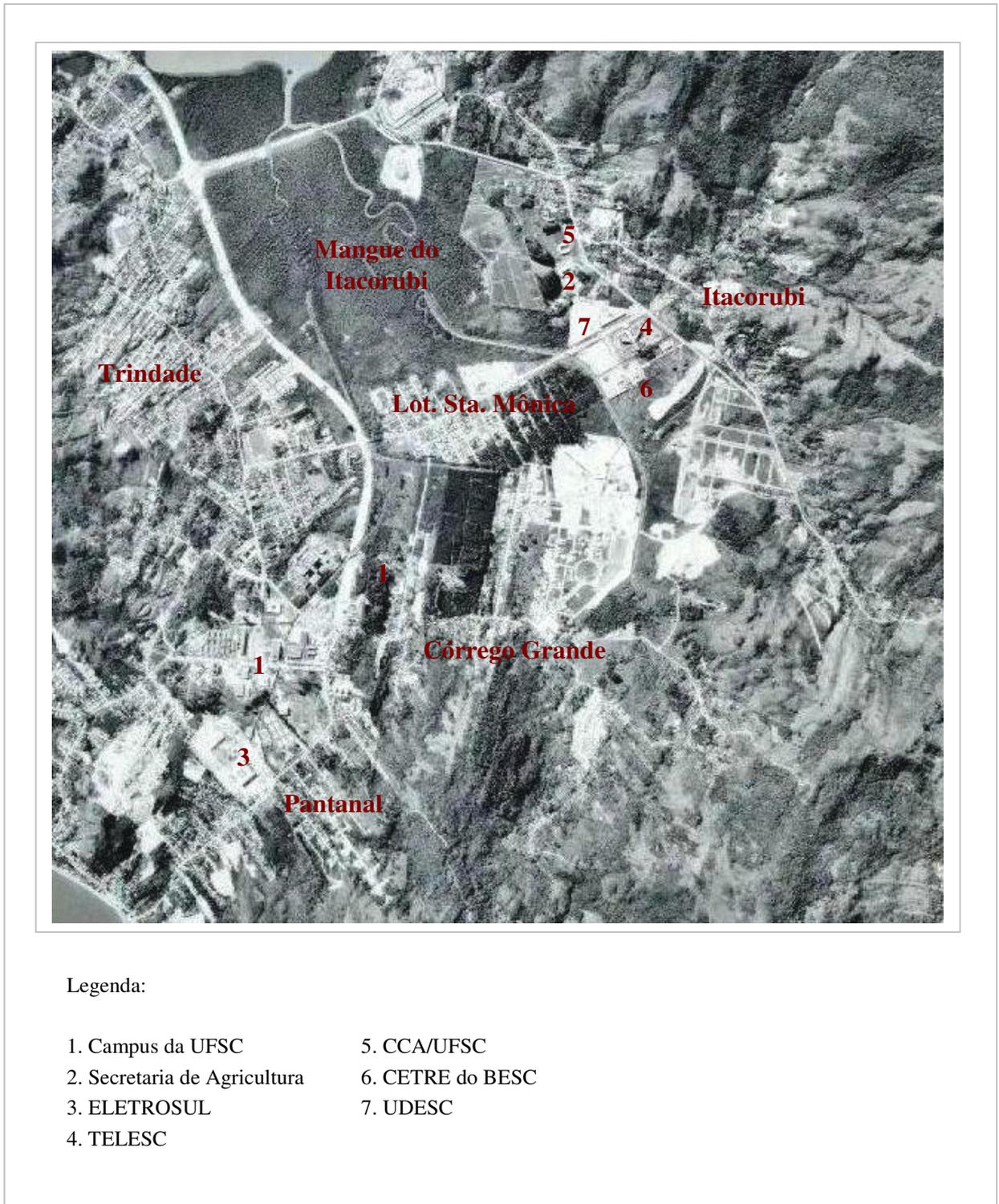


Figura 5.11: A área de estudo em 1978.

Fonte: CCA/UFSC

Os desmembramentos foram expressivos na Bacia do Itacorubi, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, com crescimento de 4.400%. Os desmembramentos diferem dos loteamentos por significarem a subdivisão da área em lotes para edificação, aproveitando-se o sistema viário oficial sem a necessidade de abertura de novas vias ou logradouros públicos. O percentual de crescimento dos desmembramentos⁶ nos bairros que pertencem à Bacia do Itacorubi em relação aos demais bairros de Florianópolis, entre as décadas de 1950 e 1990, são mostrados na Tabela 5.3.

Décadas	N.º de Desmembramentos					Crescimento entre Décadas			
	1950	1960	1970	1980	1990	1950/ 1960	1960/ 1970	1970/ 1980	1980/ 1990
Bairros									
Pertencem à Bacia	2	1	45	93	47	- 50%	4.400%	107%	- 49%
Demais Bairros	1	17	134	517	174	1.600%	688%	286%	- 66%
Total	3	18	179	610	221	—	—	—	—

Tabela 5.3: Desmembramentos aprovados entre as décadas de 1950 e 1990.

Fonte: SUSP

Segundo Marcon (2000), os investimentos públicos em infra-estrutura viária, como a construção da Via de Contorno Norte e a inclusão dos bairros da Trindade, Itacorubi, Santa Mônica, Córrego Grande e Pantanal, no Plano Plurianual CURA - Ilha I (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), de 1978, foram fatores que também intensificaram o processo de ocupação. Este Plano considerou os bairros da Bacia do Itacorubi como área de urbanização prioritária, o que possibilitou a realização de investimentos em infra-estrutura urbana e implantação de conjuntos habitacionais (Tabela 5.4).

⁶ Dados obtidos junto à SUSP – Setor de Arquivos e Projetos, 19/11/2002.

Bairros	Promotor	Conjunto	N.º de Unidades	Área Construída (M²)
Córrego Grande	INOCOP	Guarani	71 casas	26.154
Trindade	INOCOP	Lauro Linhares	60 aptos	4.518
Trindade	INOCOP	Max Schramm	50 casas	3.157
Trindade	INOCOP	Itambé	405 aptos	26.243
Córrego Grande	INOCOP	Elos	84 aptos	4.910
Trindade	INOCOP	Europa	251 aptos	20.693
Total	—	—	921	85.675

Tabela 5.4: Loteamentos CURA - Ilha I, 1978.

Fonte: (MARCON, 2000).

A progressiva implantação do aparelho estatal, a melhoria na infra-estrutura técnica e social e a presença de classes sociais privilegiadas, incrementaram o setor imobiliário, que por sua vez, procurou atender a crescente demanda da comunidade universitária e dos funcionários das estatais, o que refletiu consideravelmente no alto custo das terras.

Até a década de 1970, as terras da Trindade e adjacências possuíam baixo valor comercial. Segundo Sugai (1994), de 1970 a 1993, registrou-se uma valorização fundiária de 976,90% na Carvoeira, e de 2.732,40% no Jardim Anchieta, locais utilizados para a construção de residências para os funcionários da ELETROSUL. A Trindade foi o bairro que mais se valorizou ao longo de 20 anos, com 3.356,20%, crescimento expressivo se comparado ao do centro da cidade, que registrou 516,50 % no mesmo período (Tabela 5.5).

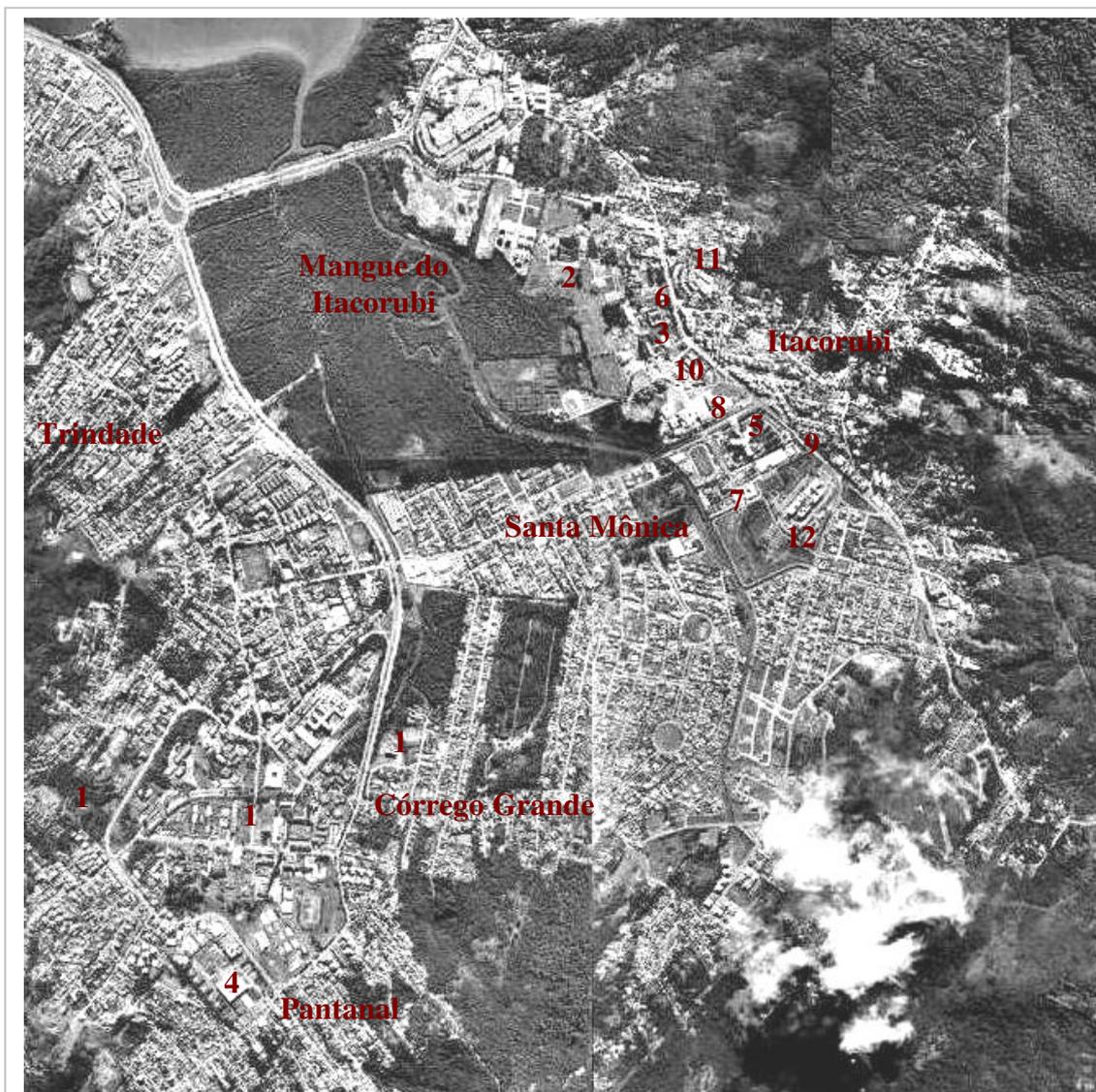
Valores em U\$S/M ²					Crescimento no Período			
Bairro	1970	1976	1982	1993	1970-1976	1970-1982	1970-1993	1982-1993
Trindade	4,34	20,09	39,40	150,00	362,90%	807,80%	3.356,20%	280,70%
Pantanal	2,17	—	37,46	55,00	—	1.626,30%	2.434,60%	46,80%
Sta. Mônica	4,34	19,36	36,87	90,00	346,10%	749,50%	1.973,70%	144,10%
Carvoeira	3,25	25,00	33,75	35,00	669,20%	938,50%	976,90%	3,70%
J. Anchieta	1,73	—	30,21	49,00	—	1.646,20%	2.732,40%	62,20%
Itacorubi	1,52	8,69	—	21,00	471,70%	—	1.281,60%	—
Centro	43,47	—	—	268,00	—	—	516,50	—

Tabela 5.5: Valorização fundiária (1970 – 1993).

Fonte: (SUGAI, 1994).

O aumento da demanda e a especulação imobiliária desenfreada propiciaram a ocupação dos morros pelas classes menos favorecidas, atraídas pela oportunidades de emprego. A supervalorização imobiliária também dificultou o acesso a moradia para os funcionários públicos. Apesar do incentivo financeiro dado aos funcionários da ELETROSUL, aqueles que não exerciam cargos gerenciais encontraram muitas dificuldades para adquirir imóveis próximos à empresa. Assim, muitos permaneceram no centro e em bairros do continente, como Estreito e Barreiros⁷.

Na década de 1990, a Bacia do Itacorubi continuou atuando como pólo de atração urbana, não somente para aqueles ligados diretamente às atividades da UFSC e dos demais órgãos públicos, mas também para pessoas que escolheram morar e investir nestes bairros. Segundo dados do IBGE (2000), esta área reúne uma população de 39.960 habitantes. A Trindade é o bairro mais populoso, com 15.031 habitantes. O Pantanal foi o bairro que obteve maior percentual de crescimento em relação aos dados apresentados no Censo Demográfico de 1991, com 169%, seguido do Itacorubi, com 145%. A Figura a seguir mostra a consolidação dos órgãos públicos e o conseqüente adensamento urbano, com destaque para o bairro Santa Mônica, que na Figura 5.11 aparecia com uma loteamento em fase de implementação.



Legenda:

- | | |
|------------------------------|------------------|
| 1. Campus da UFSC | 7. CETRE do BESC |
| 2. CETRE da EPAGRI | 8. UDESC |
| 3. Secretaria de Agricultura | 9. CIASC |
| 4. ELETROSUL | 10. CIDASC |
| 5. TELESC | 11. EPAGRI |
| 6. CCA/UFSC | 12. CELESC |

Figura 5.12: Bacia do Itacorubi em 1998.

Fonte: IPUF

⁷ Entrevista com o Sr. Mário Nacuco, funcionário da ELETROSUL, 20/12/2002.

No período de 1990 a 2002, registrou-se um acúmulo de 763.417,73 m² de área de Habite-se nos bairros da Bacia do Itacorubi. A Trindade foi responsável por 37,23%, da área total de Habite-se, seguida pelo bairro Itacorubi com 23,41%. A Trindade também foi o terceiro bairro em área de Habite-se de Florianópolis, perdendo apenas para o Centro e Canasvieiras, evidenciando o contínuo interesse do capital imobiliário por esta área (SINDUSCON, 2002). A Figura 5.13 mostra o adensamento em torno do Campus da UFSC e da sede da ELETROSUL, em 2003, onde observa-se ao fundo, a ocupação do bairro do Pantanal, situação oposta àquela apresentada na Figura 5.1.



Figura 5.13: A UFSC e seu entorno, 2003.

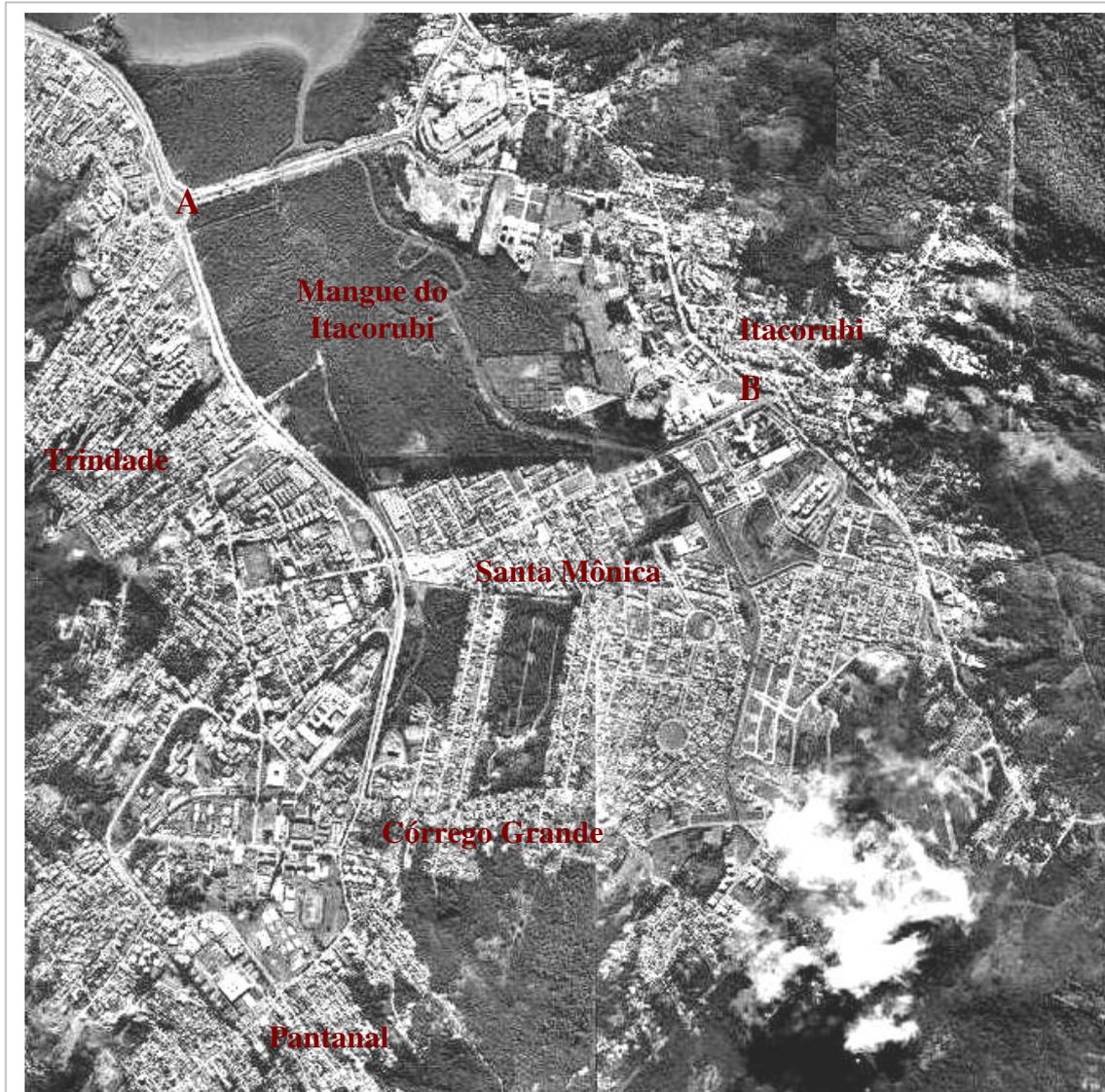
Fonte: Arquivo do autor.

O número de residências multifamiliares cresceu bastante nos últimos anos, para atender a demanda de moradores locais e de estudantes, pois a universidade não possui alojamentos que possam atender a enorme demanda de alunos, o que acaba gerando excelentes oportunidades de negócios não apenas para o mercado formal de imóveis, via imobiliárias, mas também para os serviços de locação tratados diretamente com o proprietário, demonstrando a importância sócio-econômica que a UFSC representa para os bairros circunvizinhos.

5.5.2 Reflexos no Sistema Viário

A Lauro Linhares, principal via de acesso do bairro da Trindade, e que até o início da década de 1980 constituía-se na única via de ligação entre a Trindade e o centro, pelo norte, era uma rua estreita e esburacada, que dificultava bastante o acesso ao Campus da UFSC⁸. Com a instalação dos órgãos públicos e a implementação dos loteamentos, o espaço urbano ao redor da universidade passou por transformações que resultaram, principalmente, de investimentos no sistema viário (Figura 5.14), com a abertura de vias públicas e melhorias das vias já existentes:

1. calçamento da Rua Deputado Antônio Edu Vieira (1974), e sua posterior pavimentação em 1983;
2. pavimentação das rodovias SC-404 (1973) e SC-401 (1974), facilitando o acesso à Lagoa da Conceição e às estatais que estavam sendo implantadas no Itacorubi;
3. pavimentação da Rua João Pio Duarte e Silva, no Córrego Grande, em 1981;
4. pavimentação da Av. Madre Benvenuta, dando acesso ao Itacorubi via Santa Mônica;
5. pavimentação da Avenida César Seara, que se estende do final Av. Desembargador Vítor Lima até a Rua Dep. Antônio Edu Vieira, ligando a Carvoeira ao Pantanal;
6. construção da Via de Contorno Norte, entre 1977 e 1982, cuja a primeira etapa compreendeu o trecho entre o Palácio do Governo e a Avenida da Saudade até o entroncamento das rodovias SC-401 e SC-404, no Itacorubi.



Legenda:

€Rua Lauro Linhares

€Rodovia SC-404

€Rodovia SC-401

€Rua Dep. Antônio Edu Vieira

€Avenida da Saudade

€Via de Contorno Norte

€Rua João Pio Duarte e Silva

€Avenida Madre Benvenuta

€Avenida Des. Vítor Lima

€Avenida César Seara

€Rua Profª . M. Flora Pausewang

A . Local de construção do Elevado do CIC

B . Local da obra de alargamento da SC-404

Figura 5.14: Investimentos no sistema viário.

Fonte: IPUF

⁸ Entrevista com a Sra. Helena Stemmer, professora aposentada da UFSC, 23/05/2003.

Segundo Sugai (1994), a Via de Contorno Norte foi a intervenção viária de maior repercussão no espaço urbano de Florianópolis, que possibilitou fácil acesso à Trindade e ao norte da Ilha, antes dificultado pelas limitações de tráfego das ruas que contornavam o Morro do Antão. Constitui-se numa via expressa com 8,5 km de extensão, que faz a ligação entre o anel viário da Ponte Colombo Salles, no aterro da Baía Sul, até o entroncamento das rodovias SC-401 e SC-404, no Itacorubi, com derivação para o Campus da UFSC, sendo composta por cinco avenidas, listadas abaixo:

1. Avenida Oswaldo Rodrigues Cabral, com 1,1 km de extensão, segue junto à orla marítima, passando sob a Ponte Hercílio Luz até o início da Avenida Rubens de Arruda Ramos. Desenvolve-se, principalmente, em terreno mecânico sobre área de marinha;
2. Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, construída totalmente sobre aterro em áreas de marinha;
3. Avenida Governador Irineu Bornhausen, com 2,6 km de extensão, estende-se da Praça Celso Ramos até a rótula de cruzamento com a Avenida da Saudade, que faz a ligação entre a via expressa e as rodovias SC-401 e SC-404;
4. Avenida Professor Henrique da Silva Fontes, com 2,6 km de extensão, estende-se da rótula de cruzamento com a Avenida da Saudade até a rótula que liga os bairros da Trindade, Córrego Grande e Pantanal, junto ao Campus da UFSC.

Devido ao grande salto populacional previsto para a Trindade e para o norte da Ilha, a Via de Contorno Norte foi construída em detrimento da chamada Via Parque – que faria a ligação rodoviária pela orla entre a Praia da Joaquina, Praia do Campeche e o Morro

das Pedras, conectando-se à Via Expressa Sul – obra prioritária no Plano de Desenvolvimento Integrado de Florianópolis de 1971 (SUGAI, 1994).

No início da década de 1980, ruas como a Lauro Linhares e Deputado Antônio Edu Vieira, possuíam tráfego relativamente tranqüilo. Em 1997, o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) fez a última contagem de tráfego em algumas ruas próximas ao Campus da UFSC. Embora os números estejam defasados se comparados ao intenso tráfego em 2003, estes dados mostram um acréscimo no fluxo de veículos. Em 1987, a Avenida Professor Henrique da Silva Fontes apresentou um volume médio diário de 15.005 veículos (automóveis, ônibus e caminhão), subindo para 37.071 veículos em 1997, representando um aumento de 147,06% (Tabela 5.6).

Localização		1987	1997	Crescimento no Período
Via	Bairro	Veículos*	Veículos*	
Av. da Saudade	Itacorubi	12.905	49.232	281,50%
Rodovia SC-404	Itacorubi	6.384	16.321	155,65%
Av. Madre Benvenuta	Sta. Mônica	8.911	—	—
R. Lauro Linhares	Trindade	7.561	12.199	61,34%
R. Dep. Antônio Edu Vieira	Pantanal	8.205	—	—
R. Irmã Maria Flora Pausewang	Trindade	7.090	—	—
Av. Prof. Henrique da Silva Fontes	Trindade	15.005	37.071	147,06%

* Automóveis, ônibus e caminhão.

Tabela 5.6: Contagem de tráfego em 1987 e 1997.

Fonte: IPUF

Como citado anteriormente, na década de 1960, apenas duas empresas de ônibus faziam o percurso Centro-Trindade. Com o desenvolvimento do sistema de transporte coletivo de Florianópolis, o número de linhas de ônibus para a UFSC cresceu consideravelmente para atender o expressivo número de passageiros, que chegou a 6.976.675, em 1995 (Tabela 5.7). A polarização da UFSC no contexto urbano pode ser constatada na variação do fluxo de passageiros das principais linhas de ônibus entre os meses de férias e os meses letivos, chegando a representar um aumento de 3.958,11%, verificada na Tabela 5.8.

Empresa	Linha	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Emflotur	Jd. Atlan./UFSC	191	—	7.139	6.567	6.743	6.495	4.065	8.120	6.601	6.561	6.178	2.289	60.949
Estrela	Abraão/UFSC	64	—	2.223	2.155	2.348	2.619	745	1.910	1.658	1.983	1.604	568	17.877
Estrela	Capoeiras/UFSC	74	—	3.003	2.754	2.885	2.664	1.593	3.431	2.661	2.677	2.561	902	25.205
Limoense	Tapera/UFSC	4.919	4.357	12.651	11.473	13.254	12.758	9.854	15.152	12.037	12.686	12.165	7.409	128.715
Transol	Abraão/UFSC	—	—	2.290	1.887	1.800	1.450	905	2.406	1.923	1.361	1.479	601	16.102
Transol	Expresso/UFSC	265.254	234.535	452.093	401.535	453.037	420.577	363.205	481.472	400.191	401.630	400.491	320.231	4.594.251
Transol	Cid. Univ. Carv.	82.215	79.082	127.887	115.217	125.624	118.431	99.944	126.389	54.448	—	—	—	929.237
Transol	Cid. Univ. Pant.	120.169	119.739	161.826	144.296	159.863	147.762	130.764	152.922	66.998	—	—	—	1.204.339
Total		472.886	437.713	769.112	685.884	765.554	712.756	611.075	791.802	546.517	426.898	424.478	332.000	6.976.675

Tabela 5.7: Passageiros transportados, 1995.

Fonte: Núcleo de Transportes – PMF.

Empresa	Linha	Jan.	Mar.	Jul.	Ago.	Nov.	Dez.	Jan. – Mar.	Jul. – Ago.	Nov. – Dez.
Emflotur	Jd. Atlan./UFSC	191	7.139	4.065	8.120	6.178	2.289	3.637,70%	99,75%	- 62,95%
Estrela	Abraão/UFSC	64	2.223	745	1.910	1.604	568	3.373,44%	156,38%	- 64,59%
Estrela	Capoeiras/UFSC	74	3.003	1.593	3.431	2.561	902	3.958,11%	115,38%	- 64,78%
Limoense	Tapera/UFSC	4.919	12.651	9.854	15.152	12.165	7.409	157,19%	53,76%	- 39,10%
Transol	Abraão/UFSC	—	2.290	905	2.406	1.479	601	—	165,86%	- 59,36%
Transol	Expresso/UFSC	265.254	452.093	363.205	481.472	400.491	320.231	70,44%	32,56%	- 20,04%
Transol	Cid. Univ. Carv.	82.215	127.887	99.944	126.389	—	—	55,55%	26,46%	—
Transol	Cid. Univ. Pant.	120.169	161.826	130.764	152.922	—	—	34,67%	16,95%	—

Figura 5.8: Variação do número de passageiros transportados, 1995.

Fonte: Núcleo de Transportes – PMF

Em virtude do adensamento urbano, surgiram iniciativas de adequação do sistema viário, como a duplicação da SC-401 e a construção do Elevado do CIC (Figura 5.15), concluído em 2000, na tentativa de reduzir os constantes congestionamentos para quem se deslocava do centro ao Campus da UFSC, e também ao norte da Ilha e à Lagoa da Conceição.



Figura 5.15: Construção do Elevado do CIC.

Fonte: IPUF

Recentemente foram tomadas medidas paliativas e pontuais, mas necessárias, como a obra de alargamento da SC-404 próximo ao acesso de entrada para a Avenida Madre Benvenuta, no Itacorubi, concluída em 2003. Esta obra envolveu o trecho da SC-404 que se estende da Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agrícola, passando pelo CIDASC, UDESC e TELESC até o Residencial Verde Vale. Para a implementação do projeto viário foi feita a desapropriação de 7.029,59 m², conforme a Tabela 5.9.

Proprietários	Área desapropriada (M ²)
UDESC	5.167,59
CIDASC	330,52
Residencial Vila Lobos	48,90
Residencial Tapnahal	267,60
Residencial Ilha do Arvoredo	224,37
Residencial Stella Mares	80,70
Condomínio dos Açores	102,74
Edifício Saint Etienne	164,37
Supermercado Rosa	642,80
TOTAL	7.029,59

Tabela 5.9: Terrenos desapropriados.

Fonte: DER-SC

Este trecho da SC-404 passou a ser formado por duas pistas com duas faixas de tráfego cada uma e canteiro central. Da Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agrícola até a UDESC foi feito passeio para pedestres e ciclovia (Figura 5.16), além da instalação de semáforos na entrada de acesso à Madre Benvenuta (Figura 5.17). O local de construção do Elevado do CIC e da obra de alargamento da SC-404 podem ser visualizadas na Figura 5.14.



Figura 5.16: Destaque para a ciclovia junto à UDESC (à esquerda), 2003.

Fonte: Arquivo do autor.



Figura 5.17: Interseção da SC-404 com a Av. Madre Benvenuta, 2003

Fonte: Arquivo do autor.

Mesmo diante destas iniciativas, o sistema viário da Bacia do Itacorubi mostra-se incapaz de atender adequadamente o intenso tráfego gerado por moradores locais e por aqueles que convergem para a UFSC e estatais como a ELETROSUL, que são consideradas pólos geradores de tráfego. No caso da UFSC, ainda existem pequenos pólos geradores de tráfego no interior do Campus, formados por centros como o CTC.

Constata-se também que o sistema viário não propicia segurança à população, devido à deficiência na sinalização e à ausência de ciclovias, o que força os ciclistas a circularem em ruas estreitas e com tráfego intenso, como é o caso das ruas Deputado Antônio Edu Vieira, principal via de acesso do bairro Pantanal, e Lauro Linhares. Outro grave problema refere-se ao número insuficiente de faixas de pedestres, principalmente nas vias públicas internas ao Campus da UFSC.

Os congestionamentos são cada vez mais freqüentes e ocorrem em diversos pontos, especialmente nas entradas e saídas dos bairros, nos horários de pico, onde as rótulas não conseguem absorver de forma eficiente o fluxo de veículos. Os congestionamentos são agravados pela falta de recuos para paradas de ônibus ou de locais para estacionamento.

Esta situação agravou-se após a construção do túnel do Morro do Penhasco, que aumentou consideravelmente o fluxo de veículos, provocando vários pontos de congestionamento nas ruas Deputado Antônio Edu Vieira, no Pantanal, e Pio Duarte e Silva, no Córrego Grande. A Figura 5.18 mostra o trânsito lento na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, próximo à “rótula do acesso Pantanal”.



Figura 5.18: Trânsito lento na Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 2003.

Fonte: Arquivo do autor.

Os Pólos Geradores de Tráfego não foram citados no Plano Diretor de 1982. O atual Plano Diretor do Distrito Sede dispõe que os Pólos Geradores de Tráfego (PGT) deverão atender normas específicas quanto à localização, acessos, estacionamento, operacionalidade, etc., atentando para a importância de compatibilizar a implantação de grandes equipamentos com a malha viária para eliminar os transtornos no tráfego.

Neste sentido, o IPUF está desenvolvendo projetos de intervenção viária, como a obra de continuidade da Via de Contorno Norte, que deverá partir do cruzamento das ruas Pio Duarte e Silva e Deputado Antônio Edu Vieira, ao lado do Campus da UFSC, até a Via Expressa, no Saco dos Limões. O IPUF ainda não tem o prazo determinado para o início das obras. Tudo vai depender da liberação de verbas, pois são obras complexas, com alto custo de implantação, que envolvem desapropriações em bairros valorizados, onde precisam ser avaliados os impactos sócio-econômicos e ambientais do empreendimento.

5.5.3 Reflexos no Comércio Local

Antes da implantação do Campus da UFSC, o comércio na Trindade era incipiente, se resumia a uma sorveteria e uma marcenaria próximos à antiga Paróquia da Santíssima Trindade. Com o passar dos anos, surgiram os primeiros açougues, mas numa quantidade bem reduzida. Foi somente no final da década de 1970, que surgiu o primeiro supermercado e algumas lojas. “Quando havia a necessidade de comprar produtos variados, as pessoas dirigiam-se à COBAL, no centro da cidade⁹”.

O crescimento predominantemente residencial da Trindade e bairros próximos impulsionou o aparecimento de atividades comerciais e de serviços, principalmente na Rua Lauro Linhares. O desenvolvimento do comércio absorveu todo o dinamismo gerado pela localização das estatais, propiciando novas oportunidades de emprego, além de maior comodidade aos moradores locais. A Figura 5.19 mostra a Rua Lauro Linhares, principal centro de comércio e serviços da Bacia do Itacorubi, referência para toda Florianópolis.



Figura 5.19: Rua Lauro Linhares, próximo ao “Acesso Trindade” da UFSC, 2003.

Fonte: Arquivo do autor.

⁹ Segundo entrevista com o Sr. Osni Vidal, em 14/11/2002.

Atualmente, o comércio local não se restringe à rua Lauro Linhares. Os pontos de comércio estão localizados nas principais vias dos bairros de acordo com as determinações do atual Plano Diretor. Esta área concentra diversificadas zonas de comércio e de prestação de serviços, que incluem supermercados, mini-mercados, padarias, lavanderias, bancos, farmácias, restaurantes, escolas, universidades, academias, locais de entretenimento, clínicas de saúde, além de empreendimentos comerciais de maior porte, como um shopping center.

5.6 PONTOS DE CONFLITO ENTRE O USO DO SOLO E AS PROPOSIÇÕES DO PLANO DIRETOR

Devido à especulação imobiliária desenfreada, o processo de ocupação da Bacia do Itacorubi ocorreu de forma desordenada por não considerar as características e a diversidade dos ecossistemas, apoiado pela permissividade da lei, uma vez que o Plano Diretor de 1976 apresentava escassa preocupação com as questões ambientais.

Diante do intenso processo de ocupação e da necessidade de ordenar o uso do solo em conformidade com as variáveis ambientais, o IPUF apresentou, em 1982, a proposta de revisão do Plano Diretor da Área Central de Florianópolis. Este Plano, aprovado pela Lei Municipal n.º 1.851/82, ficou conhecido como Plano da Trindade, por abranger apenas os bairros da Trindade, Itacorubi, Santa Mônica, Pantanal, Córrego Grande, Saco Grande e Saco dos Limões.

Além da implantação do zoneamento e da atualização do sistema viário, o destaque do Plano da Trindade foi a institucionalização das áreas de preservação permanente (APP) e de preservação com uso limitado (APL) das encostas que contornam o Distrito Sede e dos manguezais, como é o caso do mangue do Itacorubi.

As áreas de preservação permanente passaram a incluir todas as áreas de preservação definidas pela legislação ambiental vigente na época, incorporando as encostas e as praias. As áreas de preservação com uso limitado foram instituídas para incluir áreas até então não urbanizáveis segundo a legislação de parcelamento do solo, como é caso das encostas com declividades acima de 30%.

A extrema lentidão na aprovação das legislações aliada à dificuldade de implementação das diretrizes do Plano Diretor foram dois fortes condicionantes que agravaram o crescimento desordenado. Após 15 anos com um plano em vigor totalmente defasado em relação às exigências da cidade, o Distrito Sede pôde contar com uma nova legislação aprovada pela Lei n.º 5.055/97, posteriormente alterada para a Lei Complementar 001/97.

O atual plano diretor mantém as áreas de APP e APL estabelecidas no Plano da Trindade, o Poder Público Municipal encontra grandes dificuldades para cumprir as diretrizes do Plano, seja por brechas na própria lei, pela falta de fiscalização ou pela dificuldade em conciliar os interesses do poder econômico local com a variável sócio-ambiental.

Assim como no restante da Ilha de Santa Catarina, a Bacia do Itacorubi apresenta problemas relacionados ao uso e ocupação do solo. Segundo PMF (2000), independentemente da classe social, esta área possui moradias nas partes mais altas dos morros, acima da altitude 100, incidindo em áreas de preservação permanente, em áreas com declividade proibida para habitação e nas margens dos cursos d'água, cujas ocupações estão sujeitas ao risco de desmoronamento e enchentes, causando danos ao meio ambiente e à comunidade.

Um exemplo típico de local propício às enchentes, refere-se ao bairro Santa Mônica, cuja ocupação foi um dos fatores responsáveis pela redução da área do mangue do Itacorubi. Ainda na década de 1970, período de implementação do loteamento, a Lei n.º 1.215/74, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo, já determinava no artigo 7º, que ‘não poderão ser arruados nem loteados terrenos baixos e alagadiços sujeitos à inundação’, embora o mesmo artigo, em parágrafo único, permita a ocupação, desde que sejam implantadas obras de saneamento.

Ressalta-se, contudo, que ocupar o solo tomando medidas que possam amenizar os impactos ambientais é um procedimento comum e aceitável, entretanto, a existência de uma legislação não garante que haja a implantação de um sistema de contenção eficiente ou que o Poder Público irá fiscalizar adequadamente o uso do solo, fatores estes que somados a falta de programas de manutenção e limpeza periódicas dos cursos d’água e canais de drenagem acabam acarretando alagamentos como o ocorrido em 1995. A Figura 5.20 mostra o bairro Santa Mônica (A), implementado, em parte, sobre a área de mangue (B).



Figura 5.20: Bairro Santa Mônica, próximo ao mangue do Itacorubi. 2003.

Fonte: Arquivo do autor.

Na Figura 5.21, verifica-se outro conflito entre a legislação vigente e a ocupação, que refere-se às construções muito próximas de canais, facilmente encontradas no bairro Santa Mônica, contrariando o atual Plano Diretor, no Art. 138, que determina que os primeiros quinze metros da faixa marginal dos rios, lagos e reservatórios d'água são de uso público, sendo vedada a construção de muros ou cercas de qualquer espécie.



Figura 5.21: Construções ao lado de canais, Santa Mônica, 2003.

Fonte: Arquivo do autor.

O grande número de ocupações em áreas ecologicamente frágeis, como as áreas acima da altitude 100, com alta declividade, são facilitadas pela própria legislação, uma vez que, o Art. 143 do Plano Diretor permite edificações destinadas aos usos residenciais unifamiliares em APL acima da altitude 100, desde que sejam atendidas as condições especiais dispostas na lei, como: a destinação de área que esteja coberta por floresta ou vegetação arbustiva em área de preservação permanente; e caso a área esteja deflorestada, as edificações só serão permitidas se o proprietário destinar a gleba para a implantação de projeto de reflorestamento de espécies nativas.

Como forma de incentivo, o Art. 146 determina a redução de até 50% da incidência do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) sobre as APL, assim como a redução total do imposto sobre a área de preservação permanente

A correta aplicação da legislação representa uma importante iniciativa para a preservação do meio ambiente, mas o que ocorre com frequência é um número progressivo de ocupações das APL e APP, sem a devida fiscalização do Poder Público. A não punição das irregularidades acaba transformando estas ocupações em um dos conflitos ambientais mais comuns na Bacia do Itacorubi.

A fotos a seguir mostram a ocupação de encostas com alta declividade, próximas à Rua Deputado Antônio Edu Vieira, nas Ruas João Câncio dos Santos (Figura 5.22) e Aracuã (Figura 5.23), no bairro Pantanal. Com relação à construção de vias públicas, o Plano Diretor, no Art. 125, determina que a rampa máxima permitida nas vias de circulação de veículos é de 15%, não levando em consideração a permissão de ocupação em áreas acima de 30% de declividade estabelecidas pela mesma legislação.

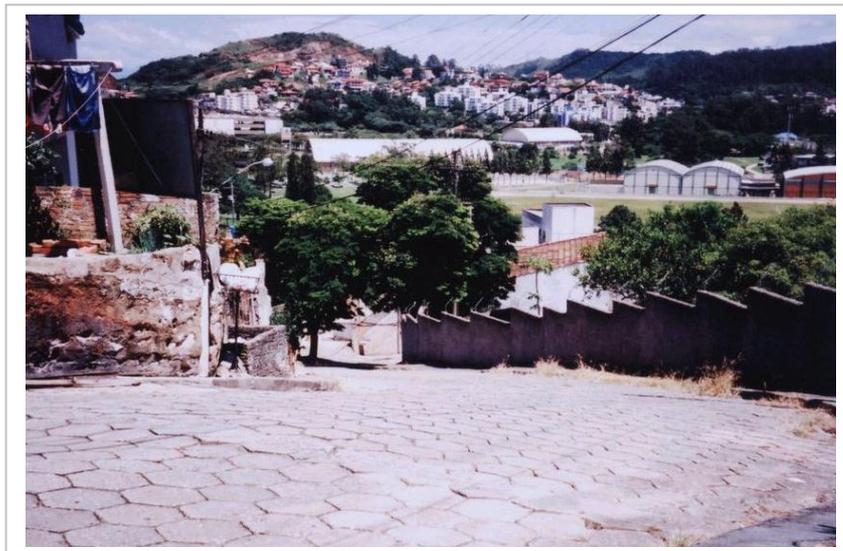


Figura 5.22: Rua João Câncio dos Santos, Pantanal, 2003.

Fonte: Arquivo do autor.



Figura 5.23: Rua Aracuã, Pantanal, 2003.

Fonte: Arquivo do autor.

A instalação dos órgãos públicos e os investimentos em infra-estrutura urbana, atraíram para a Bacia do Itacorubi não somente as classes média e média alta, mas também as menos favorecidas, vindas do interior do Estado e de outros bairros da cidade, em busca de novas oportunidades de emprego. A intensa valorização imobiliária acabou empurrando estas pessoas para os morros, gerando ocupações irregulares, como a Serrinha, localizada próximo ao Campus da UFSC, visualizada na Figura a seguir.



Figura 5.24: Serrinha, 2003.

Fonte: Arquivo do autor.

Ainda dentro da perspectiva sócio-ambiental, é importante ressaltar que o manguezal do Itacorubi foi um dos ecossistemas da Bacia do Itacorubi mais atingidos pelo processo de ocupação, principalmente por estar localizado próximo ao aglomerado urbano. Além de sofrer sucessivas reduções de sua área para dar lugar à Via de Contorno Norte, ao aterro sanitário da cidade (atualmente desativado) e ao loteamento Santa Mônica, o manguezal sofre com a emissão de esgotos (CECCA, 1997).

Nesta área a poluição das águas tornou-se um grave problema. As residências têm lançado seus esgotos domésticos diretamente na rede pluvial e fluvial, em córregos a céu aberto e no manguezal do Itacorubi. As unidades de laboratórios da UDESC, CIDASC, EPAGRI, FIESC, UFSC, dentre outros, têm jogado elevadas taxas de despejos de esgotos diários com destino inadequado (PMF, 2000).

Entretanto, a UFSC nega este fato e afirma que atualmente deposita os poluentes (esgotos e dejetos químicos) em recipientes ou containers para o posterior recolhimento e eliminação destes materiais por uma empresa particular. A universidade afirma também que tem atuado em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis na implantação de projetos como o Plano para o Gerenciamento da Bacia do Itacorubi, mas a comunidade desconhece as ações da universidade neste sentido (OLIVEIRA, 2001).

6. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

6.1 CONCLUSÕES

No período anterior à década de 1960, os órgãos públicos localizavam-se somente nas imediações da Praça XV de Novembro, no centro de Florianópolis. Com a construção do Campus da UFSC na Trindade, em 1962, a localização do aparelho estatal, principalmente nas esferas estadual e federal, seguiu uma nova direção no espaço urbano, contornando o limite natural do Morro da Cruz, orientando-se em direção à Trindade e bairros adjacentes, como o Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi e Santa Mônica, áreas até então com características rurais, cuja produção abastecia o centro de Florianópolis.

Entre as década de 1970 e 1980, foram construídos a ELETROSUL no Pantanal, os órgãos ligados ao setor agrícola (CIDASC, Secretaria de Agricultura, EPAGRI, CETRE da EPAGRI, CCA/UFSC), TELESC, UDESC CETRE do BESC, CIASC e CELESC no bairro Itacorubi, que contribuíram decisivamente para o intenso processo de ocupação e urbanização da Bacia do Itacorubi. A verticalização destes bairros facilitou a unificação de todo o espaço urbano que compõe o Distrito Sede de Florianópolis.

A presença dos órgãos estatais estimulou ações promovidas pelo Poder Público, com investimentos em infra-estrutura técnica e social, aprovação de loteamentos, como o Santa Mônica e Parque São Jorge e a construção de conjuntos habitacionais para atender as necessidades da comunidade universitária e de funcionários das demais estatais que buscavam moradias nas imediações do local de trabalho.

O crescimento demográfico provocou a valorização fundiária, trouxe uma nova dinâmica ao setor imobiliário e motivou o desenvolvimento das atividades comerciais para atender o potencial de clientes gerados, principalmente, pela UFSC e ELETROSUL. Atualmente, bairros como a Trindade destaca-se por ser independente do centro da cidade, possuindo um centro comercial e de serviços bastante diversificado.

Dentre as obras de intervenção urbana que intensificaram o processo de ocupação, estão as relacionadas ao sistema viário, com destaque para a construção das rodovias SC-401 e SC-404 (conhecida como Rodovia Admar Gonzaga) e da Via de Contorno Norte, considerada a mais importante obra viária realizada na Ilha. Esta via não era prioridade no Plano de Desenvolvimento Integrado de 1971, mas a sua construção facilitou o processo de expansão urbana em direção a Bacia do Itacorubi e ao norte da Ilha. A derivação da Via de Contorno Norte até o Campus da UFSC mostra a importância da universidade no contexto urbano.

Com a densificação da área, houve a necessidade de adaptar o sistema viário às novas condições de tráfego, pois o Poder Público não consegue, na maioria dos casos, prever ou acompanhar as necessidades de infra-estrutura geradas pela rapidez do mercado imobiliário, devido à dificuldade de implementar o planejamento a médio e longo prazos.

Entre as tentativas de adaptação do sistema viário, estão a construção do Elevado do CIC e o Alargamento do Rodovia SC-404, na esquina com a Avenida Madre Benvenuta, no Itacorubi. Entretanto, verificou-se que o sistema viário precisa receber maiores investimentos a curto e médio prazo, pois encontra-se obsoleto para atender o intenso fluxo de veículos. O resultado são os constantes congestionamentos, principalmente nas ruas Lauro Linhares e Deputado Antônio Edu Vieira, principais vias de acesso dos bairros Trindade e Pantanal.

A polarização da UFSC também é observada no intenso fluxo de passageiros que utilizam as várias linhas de ônibus que convergem para o Campus da Trindade. Observou-se que houve uma variação expressiva do número de passageiros entre o período letivo e de férias, com um acréscimo de mais de 3.000 % em algumas linhas, segundo dados de 1995.

Constatou-se que o processo de expansão e estruturação urbana provocou sérios impactos ao meio ambiente. As ações de ordenamento do uso do solo esbarram na dificuldade do Poder Público Municipal em ordenar o crescimento urbano em harmonia com o meio ambiente. Ricos e frágeis ecossistemas, como o manguezal do Itacorubi e as áreas de alta declividade dos morros foram progressivamente ocupadas por várias classes sociais, diante da falta de fiscalização.

Isso demonstra a necessidade de políticas públicas eficazes que possam gerir as complexas demandas da sociedade, com suas variáveis de ordem econômica e sócio-ambiental. Para monitorar o crescimento e gerir com maior eficácia, os órgãos da Administração Municipal precisam fiscalizar de forma eficiente, se modernizar e reconhecer a importância de utilizar suportes tecnológicos como o cadastro técnico multifinalitário.

A busca do desenvolvimento sustentável urbano coloca ao município o direito e o dever de atuar no controle do uso e da ocupação do solo através de instrumentos urbanísticos, como o Plano Diretor. No entanto, é comum ocorrerem alterações frequentes na legislação para atender os interesses políticos e econômicos locais, sobrepondo-se aos interesses da coletividade. O resultado é o planejamento voltado para o lucro da minoria em detrimento de muitos e, a médio e longo prazos, em detrimento do próprio município, que é detentor de um invejável patrimônio natural.

6.2 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Que os órgãos ligados ao planejamento e gestão municipal considerem a Bacia do Itacorubi como uma unidade de planejamento, por esta concentrar características sócio-ambientais encontradas no restante da Ilha de Santa Catarina e pela centralidade exercida pelos órgãos estatais.

O Poder Público, em parceria com a comunidade, deve criar mecanismos de gestão voltados para a busca de alternativas capazes de promover o crescimento urbano em harmonia como as variáveis sócio-ambientais.

O Plano diretor, como instrumento básico de planejamento, tem um papel primordial na busca da sustentabilidade do espaço urbano e da conseqüente melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Para tanto, precisa ser modificado de acordo com as demandas da coletividade, seguido pelo Poder Público e pela sociedade.

A UFSC e os demais órgãos públicos precisam ser mais atuantes, conscientizando-se de sua importância não apenas como pólos de atração urbana, mas como agentes envolvidos com a comunidade. Por outro lado, é importante que o Poder Público Municipal forme parcerias, buscando uma integração maior com estes órgãos.

Durante a pesquisa, encontrou-se muita dificuldade para reunir as fotografias antigas dos órgãos públicos e dos bairros. Neste sentido, é importante que os órgãos públicos cuidem e valorizem o seu acervo histórico, e que sejam apoiadas ações como a da AGEKOM (Agência de Comunicações da UFSC), que está cadastrando e digitalizando um rico acervo fotográfico da universidade, que futuramente estará disponível ao público.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, J.; HOCHHEIM, N. **Gestão ambiental do Parque Municipal da Lagoa do Peri.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO – COBRAC, 4., Florianópolis, 2000. **Anais...** Florianópolis: COBRAC, 2000. 1 CD –ROM.

ALEXANDRE, A. F. **A perda da radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento.** Blumenau/Florianópolis: Edifurb/Editora da UFSC, 2000.

BERNARDY, R. J. **Uso do Sensoriamento Remoto para análise ambiental do Parque Manguezal do Itacorubi, Florianópolis – SC.** 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

BLASS, A. **Caspar Erich Stemmer – Administração, ciência e tecnologia.** Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

BORTOLANZA, J. **Uma contribuição ao planejamento municipal que propicie o Desenvolvimento Sustentável: o uso de indicadores de saúde da população.** 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BORTOT, A.; LOCH, C. **O uso do Cadastro Técnico Multifinalitário no processo de gestão ambiental para atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente. Estudo de caso - mineração de carvão.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO – COBRAC, 4., Florianópolis, 2000. **Anais...** Florianópolis: COBRAC, 2000. 1 CD-ROM.

BRAUN, R. **Desenvolvimento ao ponto sustentável.** Petrópolis: Vozes, 2001.

BUENO, L. S. **Estudo em áreas de ocupação urbana com fatores de risco: o caso do bairro Córrego Grande, Florianópolis – SC.** 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARNEIRO, A. F. T.; LOCH, C. **Análise do Cadastro Imobiliário Urbano de algumas cidades brasileiras.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO – COBRAC, 4., Florianópolis, 2000. **Anais...** Florianópolis: COBRAC, 2000. 1 CD-ROM.

CARUSO, M. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

CECCA. **Uma cidade numa Ilha – Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina.** 2 ed. Florianópolis: Insular; 1997.

DER-SC. **Projeto de interseção da SC-404 com a Avenida Madre Benvenuta.** Florianópolis, 2000.

DUTRA, S. J. A Bacia Hidrográfica do Córrego Grande, Ilha de Santa Catarina, Brasil. In: SORIANO-SIERRA, E. J. **Ecologia e gerenciamento do Manguezal do Itacorubi.** Florianópolis: NEMAR,CCB,UFSC, 1998. cap. 2, p. 31-46.

ELETROSUL. **Perfil da empresa.** Disponível em: < <http://www.eletrosul.gov.br>>. Acesso em: 20/10/2002.

FACCIO, M. G. A. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis.** 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FANTIN, M. **Cidade dividida – Dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis.** Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FERNANDES, G. M. O. **Estruturação de sistema de informações geográfico-ambiental da sub-bacia hidrográfica do Ribeirão da Velha, Blumenau/SC.** 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado.** 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1986.

FIGUEIREDO, L. F. G. **Sistema de cadastro técnico ambiental -Estudo de caso: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Santa Catarina.** 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FILHO, C. M. C. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos.** 3 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

FILHO, J. C. et al. **Integração do meio ambiente e desenvolvimento na gestão ambiental de Porto Alegre**. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br> >. Acesso em 25/05/2002.

GONÇALVES, M. F. **O novo Brasil urbano – impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1995.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Ed. da USP, 1997.

GRAEML, F. R. **Indicadores estratégicos: uma ferramenta de auxílio na administração municipal**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HASENACK, H; WEBER, E. **Derivação de novas informações cadastrais para o planejamento urbano através do GIS**. Disponível em:< www.fatorgis.com.br >. Acesso em: 10/05/2000.

ILHA, J. C. G. **Análise do mercado da oferta e velocidade de vendas de imóveis novos em Florianópolis – SC**. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

IPUF. **Lei de Parcelamento do Solo de Florianópolis** (Lei n.º 1.215/74). Florianópolis, 1974.

IPUF. **Plano Diretor do Município de Florianópolis** (Lei n.º 1.851/82). Florianópolis, 1982.

IPUF. **Plano Diretor – Distrito Sede** . Florianópolis, 1997.

IPUF, **Características ambientais biológicas**. Disponível em: < <http://www.pmf.sc.gov.br> >. Acesso em: 15/10/ 2002.

JORNAL INFORMATIVO INTERNO DA ELETROSUL. Florianópolis: ELETROSUL, 1975. Mensal.

JORNAL INFORMATIVO INTERNO DA FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – ELOS. Florianópolis: ELOS, 1976. Mensal.

JORNAL INFORMATIVO INTERNO DA ELETROSUL. Florianópolis: ELETROSUL, 1978. Mensal

KARNAUKHOVA, E. **A intensidade de transformação antrópica da paisagem como um indicador para a análise e a gestão Ambiental - (Ensaio metodológico na área da Bacia Hidrográfica do Rio Fiorita, município de Siderópolis, SC)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LIMA, J. D. F. **UFSC: sonho e realidade**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

LOPES, I. V. et al. **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOCH, C. **Importância do cadastro técnico no planejamento urbano**. In: ENCONTRO NACIONAL DE CONSTRUÇÃO, X., Gramado, 1990. **Anais...** Gramado, 1990. 1 CD-ROM.

LOCH, C.; BOURSCHEID, J. A. **Estudo da expansão vertical na ocupação urbana**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO – COBRAC, 2., Florianópolis, 1996. **Anais...** Florianópolis: COBRAC, 1996. 1 CD-ROM.

LOPES, R. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1998.

LUZ, G. **Desenvolvimento de metodologia para avaliação de ambientes urbanos**. 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MACEDO, R. K. **Gestão ambiental – os instrumentos básicos para a gestão ambiental de territórios e de unidades produtivas**. Rio de Janeiro: ABES, 1994.

MARCON, M. T. R. **A metropolização de Florianópolis: o papel do Estado**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MATTOS, T. **Hercílio Luz: uma ponte**. Florianópolis: Tempo Editorial, 2002.

MOTA, S. **Planejamento urbano e preservação ambiental**. Fortaleza: Ed. da UFC, 1981.

MASCARÓ, J. L. **Desenho urbano e custos de urbanização**. 2 Ed. Porto Alegre: D. C. Luzzatto Ed., 1989.

MATIELLO, A . M. **A sustentabilidade no planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba – PR uma questão paradigmática?**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MENEZES, C. L. G. **A política ambiental em Curitiba: um estudo sobre suas condições de emergência e evolução**. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MELO, O. F. **História sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

MOHR, U. **Cidade e patrimônio natural**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>>. Acesso em: 15/07/2002.

MUNIZ, D. P. **Implantação do cadastro técnico multifinalitário em uma área teste**. 1996. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO – COBRAC, 2., Florianópolis, 1996. **Anais...** Florianópolis: COBRAC, 1996. 1 CD-ROM.

NASCIMENTO, G. A. **Mapas e dados em meio digital: uma aplicação à drenagem urbana – Bacia do Itacorubi, Florianópolis – SC**. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVERIA, M.; HERRMANN, M. Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis. In: GUERRA, A . J. T.; CUNHA, S. B. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Cap. 4, p. 147-185.

OLIVEIRA, C. **Análise institucional da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, numa perspectiva ambiental**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVEIRA, I. C. E. et al. **Estatuto da cidade para compreender....**Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLIVEIRA, C. B. H. **Tudo é Cidade**. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br>>. Acesso em: 24/06/2002.

PAIVA, E.; RIBEIRO, D.; GRAEFF, E. **Florianópolis – Plano Diretor**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1952.

PAULI, E. **A fundação de Florianópolis**. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PELUSO Jr, V. A. **Estudos da geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

PIAZZA, W. F. **Santa Catarina: história da gente**. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PMF. **Agenda 21 Local do município de Florianópolis: meio ambiente é a gente que faz**. Fórum Agenda 21 Local Município de Florianópolis. Florianópolis, 2000.

PMF/NÚCLEO DE TRANSPORTES. **Anuário Estatístico do Sistema de Transporte Público de Passageiros de Florianópolis**. Florianópolis, 1995.

PMF, **Perfil de Florianópolis**. Disponível em:< <http://www.pmf.sc.gov.br>>. Acesso em: 15/10/2002.

ROLNIK, R. **O Estatuto da Cidade – novas perspectivas para a reforma urbana**. Disponível em: < <http://www.direitoacidade.prefeitura.sp.gov.br/textos/raquelrolnik.doc>. > Acesso em: 20/04/2002.

ROLNIK, R (Coord.). **Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília, 2001.

SANTOS, L. M. **Informações sobre áreas de risco geotécnico e pluviométrico como contribuição ao planejamento urbano**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, S. C. **A história de Santa Catarina**. 3 Ed. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.

SINDUSCON. **Área de Habite-se por bairros em Florianópolis**. Disponível em: < <http://www.sinduscon.sc.com.br>>. Acesso em 28/07/2002.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SUGAI, M. I. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de Contorno Norte da Ilha**. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SUGAI, M. I. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de Contorno Norte da Ilha**. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Vol. 2.

TEIXEIRA, R. C. ; TEIXEIRA, I. S. Uma abordagem participativa do planejamento urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO – COBRAC, 3., Florianópolis, 1998. **Anais...** Florianópolis: COBRAC, 1998. 1 CD-ROM.

UFSC. **Plano Diretor Físico: Diagnóstico geral**. Comissão do Plano Diretor Físico da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1998.

UFSC. **Relatório de Gestão**, 2001.

UFSC. **UFSC em números**. Disponível em:< <http://www.ufsc.br>.> Acesso em 10/09/2002.

VÁRZEA, V. **Santa Catarina - A Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985

VEIGA, E. V. **Florianópolis – memória urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

VENTURIM, E. V. C. **Uma contribuição aos programas de gestão ambiental aplicados à bacias hidrográficas: o caso de Santa Maria de Jetibá – ES**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FABESP, 2001.

VIOLA, E. J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC. 1995.

ZYTKUEWISZ, L. C. **O conselho municipal para o desenvolvimento sustentável, um novo instrumento para a concepção e execução de planos municipais para o desenvolvimento sustentável: a experiência de Rancho Queimado.** 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.